

6. O MITO DO PODER E O MITO DA PROTEÇÃO NOS DISCURSOS E NAS PRÁTICAS DAS MULHERES COLOMBIANAS – AS CONTRADIÇÕES COMO ESPAÇOS DE MUDANÇA:

No capítulo anterior, apresentamos e analisamos as auto-representações das mulheres organizadas para pensar a segurança em distintos espaços. Nosso objetivo em discutir a relação entre significados internacionais e locais é o de questionar as fronteiras que limitam a comunicação entre diferentes esforços em torno de um objetivo comum: a construção da paz a partir do conhecimento e da ação das mulheres. Assim como a violência se realiza em espaços interdependentes, também a resistência se constrói em um contínuo que perpassa lugares políticos diversos. Ou seja, o movimento internacional de mulheres pela paz não é independente das experiências locais e pessoais de resistência à violência. Da mesma forma, as iniciativas locais de contestação da guerra se constituem pela relação que estabelecem com o conhecimento internacional. Isso não significa dizer que não haja relações de poder que incidam sobre essas interações. Tais dinâmicas de poder são o tema desse capítulo. Ressaltamos os fundamentos filosóficos e a práxis das organizações de mulheres colombianas, que inauguram novas formas de relações políticas. Entretanto, não contestamos que o caminho seja difícil e não linear. Entre o reconhecimento dos efeitos perversos do poder na vida das mulheres (e demais grupos historicamente subalternos) e a ação que rompa com os mecanismos tradicionais de reprodução da violência, existem inconsistências. Todavia, essas inconsistências não são necessariamente um ponto negativo na organização das mulheres pela paz. A partir dessas idéias, analisamos os discursos e práticas dessas organizações vis-à-vis os mitos da proteção e do poder, de forma a contribuir para a reflexão sobre as possibilidades de superação da violência como ação política privilegiada.

6.1. A dimensão de gênero da violência na Colômbia – o ponto de partida das organizações de mulheres:

Antes de entrarmos na discussão da atuação das organizações de mulheres, nos parece importante retomar algumas premissas teóricas sobre as quais construímos nosso argumento. A contribuição mais importante da teoria de gênero para o estudo da violência, a nosso ver, se refere ao questionamento

da dicotomia guerreiros protetores e vítimas protegidas. Dessa dualidade decorre uma relação social específica que associa todos os recursos de poder à identidade protetora e retira toda a capacidade de agência da identidade protegida. Historicamente, o protetor foi lido como o masculino em analogia com a superior capacidade física dos homens em relação às mulheres. Por outro lado, essa mesma diferença física foi usada para justificar a inerente vulnerabilidade das mulheres. Dessa distinção fundada na biologia decorrem premissas constitutivas da política moderna. O Estado, idealizado como o masculino, se realiza pela acumulação de recursos tangíveis de poder (capacidades militares e capital), que se justificam pelo seu dever de proteção do feminino vulnerável. A nação, corpo cultural desprovido de força e vontade, é o feminino gerador do dever de proteção por sua natureza vulnerável. Essa narrativa histórica perpassa nossas visões sobre política e condiciona nossas possibilidades de identificação coletiva. Quanto mais fortes e bravos forem os guerreiros protetores, mais segurança terão os protegidos. A não violação da nação idealizada é o fundamento de realização da violência armada.

Na Colômbia, essas representações de gênero constituem o poder político a partir de uma relação específica entre masculinidade violenta e feminilidade subalterna. A violência simbólica que perpassa os diferentes momentos de guerra na Colômbia pressupõe a dominação e a assimilação de todas as formas de identidade política por uma expressão masculina específica de verdade. Tal verdade identifica o projeto político nacional colombiano com algumas características raciais, educacionais e sexuais específicas. A Colômbia é um espaço em que os conflitos políticos definem cotidianamente as possibilidades de interação e ação social. Assim, a política é o elemento constitutivo de cada um e de todos os colombianos. Entretanto, a capacidade de refletir e decidir politicamente continua sendo associada a poucos sujeitos sociais que se definem a partir das qualidades políticas importadas das experiências internacionais. O poder político implica a monopolização dos recursos de violência por aqueles que projetam uma auto-imagem de legítimos protetores da nação.

As relações de gênero são estruturantes da sociedade colombiana. Ou seja, as instituições políticas na Colômbia são expressões da tentativa de

concentração do poder político em torno da representação da masculinidade bélica e racional: o Estado soberano. Na Colômbia, o mito de proteção coletiva pelas armas e pela razão jamais se realiza. Muitos estudiosos da história política da Colômbia atribuem a violência institucionalizada à falência do projeto nacional. Ou seja, a ausência do feminino universal que seja reconhecido como fonte primária de pertencimento social faz com que a autoridade do Estado colombiano seja constantemente contestada. Nessa perspectiva, a nação colombiana é um projeto inacabado, o que comprometeria a realização do ideal de ordem política moderna, pelo casamento entre o masculino racional (Estado) e o feminino cultural (Nação):

Notwithstanding periods of relative peace, nation building continues to be contested by competing social and ethnic groups and generates persistent social and political violence. Given that 'national identity' can either powerfully reinforce or deeply undermine the state, the inability of the Colombian state to create a legitimate national identity has left it lacking one of its key components. Without a unifying national vision the state is condemned to weakness and violent conflict (Dennis, 2006, p.94).

Essa leitura assume o Estado-Nação como um caminho inevitável para a constituição política de uma sociedade. Assim, a impossibilidade de condicionar o poder político a símbolos, mitos e tradições universais justificaria a violência continuada e a instabilidade do poder político. Como em outros espaços pós-coloniais, a elite branca, letrada e masculina imagina a nação colombiana e a descreve a partir de atributos femininos e raciais tomados como naturais e universais. Neste contexto, as mulheres, os indígenas, os negros e os mestiços são destituídos de agência sobre a significação de suas práticas e pensamentos. Ou seja, as representações particulares associadas às diversas manifestações culturais e físicas presentes no território imaginado como Colômbia são controladas e reproduzidas nos discursos e práticas de consolidação do Estado colombiano. Portanto, o projeto de construção política pretende na sua origem reduzir a diversidade cultural e cognitiva a um mínimo universal construído a partir das idéias européias sobre superioridade racial e sexual. Essa violência simbólica não alcança se consolidar na Colômbia. Em parte pela impossibilidade das elites liberais e conservadoras, ao menos até a década de 1950, de formular um projeto de poder comum. Todavia, em grande medida também pela ação desses grupos silenciados no projeto de construção

nacional que resistem e permanecem, ainda que à margem das representações dominantes, a escrever e ler sua própria história.

As mulheres também escrevem a história da Colômbia, como mães, esposas, filhas, namoradas e companheiras, vítimas da lógica de dominação masculina; porém, também como escritoras, ativistas e guerreiras. No capítulo anterior, iniciamos o caminho de apresentar a voz dessas mulheres. Nesse capítulo, continuamos a caminhar junto com as mulheres colombianas com o objetivo de entender as complexidades e contradições do ser mulher naquele espaço político. Analisamos a relação dessas mulheres com o poder, especialmente com aquele realizado nos espaços internacionais e nacionais de tomada de decisão. Discutimos as possibilidades de emancipação feminina geradas pelo diálogo entre as mulheres e os agentes tradicionais de poder. Nesse ponto, apresentamos a experiência da “Mesa de Trabajo Mujer y Conflicto Armado”, da qual participa a “Ruta Pacífica de Mujeres”, como uma ilustração da co-constituição entre política internacional e política doméstica.

Esse capítulo também discute, pelas experiências das mulheres, as limitações sociais e políticas da insistência dos atores políticos, inclusive daqueles que se constroem como vítimas, na realização do mito da proteção. O condicionamento da realização cultural e social da Colômbia ao fortalecimento do Estado é questionado pela mobilização das mulheres mães e familiares de seqüestrados e desaparecidos. Reconhecemos um movimento de subversão das relações de gênero dominantes, que questiona o contrato social entre o masculino protetor e o feminino protegido. Por fim, das contradições e ambigüidades do ser político na Colômbia, indicamos alguns caminhos abertos pelas colombianas e pelos colombianos para a transformação da cultura da violência.

6.2. O mito da proteção ou por que a posição de vítima nos agrada tanto?

O mito da proteção decorre da idéia de que a condição humana, e alguns subgrupos especialmente, são dotados de uma vulnerabilidade essencial, que os impede de maximizar recursos de força para a auto-preservação. Desse modo, o Estado, de forma privilegiada, e, na sua ausência, grupos de autodefesa

aglutinam recursos de poder a partir dos quais controlam os corpos e as mentes dos mais frágeis. Em um contexto como o da Colômbia em que esses projetos de proteção se confrontam sistematicamente, quase todos os sujeitos políticos se representam como vítimas desprotegidas. Reclamam do Estado o cumprimento da tarefa de proteção e, assumindo a sua falência nesse projeto, desenvolvem estratégias paralelas de proteção, em geral violentas contra a diferença. Quando se fala da falência do Estado colombiano no contexto internacional o que está em jogo é a não realização do mito da proteção enquanto idéia e não como condição material. Por um processo histórico complexo, discutido nos segundo e terceiro capítulos, o Estado colombiano nunca alcançou ser reconhecido pelos colombianos, na sua diversidade, como um protetor confiável e legítimo, embora sempre tenha se representado a partir dos valores e atributos internacionais assumidos como condições de segurança (republicano, democrático, forte militarmente, economicamente liberal). Dessa forma, todos os atores políticos, armados ou não, na Colômbia se auto-representam como reféns do Estado e vítimas do contrato não cumprido de proteção:

“Si bien el Estado Colombiano es el encargado de brindar, garantizar seguridad y proteger a las personas en riesgo, dadas las condiciones en que viven la mayoría de las comunidades en Colombia por razones del conflicto interno, también es importante buscar mecanismos de autoprotección, y evitar hechos dolorosos que conduzcan a nuevas violaciones de derechos” (IMP, 2007, p.3)

Para as mulheres colombianas a posição de vítima é contraditória. Por um lado, constitui-se em uma necessidade política. Nas guerras são os homens que mais matam e que mais morrem. Portanto, são eles que aparecem como sujeitos prioritários das políticas de segurança. Os impactos específicos da violência armada na vida das mulheres são invisíveis aos tomadores de decisão. Dessa forma, é necessário e fundamental para o movimento de mulheres documentar as formas de vitimização feminina no contexto de conflito armado. E a partir daí requerer que sejam dadas respostas concretas e efetivas às necessidades das mulheres naquele contexto. Por outro lado, a posição de vítima reforça o estereótipo de fraqueza e vulnerabilidade essencial das mulheres, invisibilizando suas formas de agência política. O ser vítima pode representar um lugar confortável, que impede a reflexão e a crítica sobre o caráter relacional da cultura da violência. As experiências das mulheres combatentes e do

movimento de mães ajudam a entender essa dualidade e as estratégias para escapar do papel de “alma bela” à espera do “guerreiro justo”.

6.2.1. As mulheres guerreiras e o difícil caminho até o ponto de partida – a descoberta do poder feminino pela subversão da dicotomia “guerreiros justos” e “almas belas”:

A literatura é o instrumento usado por muitas mulheres colombianas para contarem suas histórias, problematizando a posição homogênea e marginal que a história oficial confere a elas. São histórias que politizam o pessoal, documentam a imaginação e coletivizam percepções e sentimentos femininos sobre a guerra e a paz. A “literatura testemunhal” é um estilo literário que pode ser identificado como expressão das vozes de personagens considerados irrelevantes para as narrativas históricas dominantes na Colômbia (Veslasco, 2005, p.17). Trata-se, portanto, da manifestação de pontos de vista alternativos sobre a constituição do espaço político colombiano, que pretendem ampliar o conhecimento produzido acerca das experiências violentas na Colômbia. Esse é o instrumento usado por algumas mulheres que ganham notoriedade ao narrar suas experiências na guerra colombiana. É o caso de María Eugenia Vásquez em “Escrito para no morir”.

Sua narrativa é híbrida e plural, dialogando com as percepções dominantes sobre a “mulher guerreira”; uma autobiografia de uma ex-guerrilheira (do grupo M-19), contada em forma de romance, que narra as experiências do conflito armado sob o ponto de vista das necessidades e percepções de uma mulher colombiana das décadas de 1960, 1970, 1980 e 1990. Portanto, não é apenas uma história de vida, sem pretensões políticas. É um manifesto sobre as possibilidades de transformação da sociedade colombiana pela auto-reflexão crítica sobre suas idéias e práticas para o destino nacional; uma proposta de questionamento dos fundamentos da realização da violência pela vivência subjetiva das mulheres expostas ao contexto de guerra.

María Eugenia Vásquez narra a construção da sua identidade de guerrilheira a partir da crença ideológica na revolução armada como um projeto coletivo em que escolhe incluir sua subjetividade. Ou seja, identifica-se com a realização da sua subjetividade pela luta armada, tomando-a como um mecanismo de ruptura com os padrões de passividade e fragilidade associados

ao feminino. “Había tenido el tiempo de construir una imagen a la que quería ajustar mis actos. Una referencia de honradez, entrega, fuerza de voluntad, valentía y, por supuesto, heroísmo” (Vásquez, 2006, p.83). María Eugenia destaca sua crença juvenil na superação das desigualdades e exclusões pela incorporação de características masculinas associadas ao poder, negando as referências de feminilidade que ela percebia como limitadoras do exercício da liberdade individual e coletiva. “Aprendí a ponerme seria y transcendente siempre que el tema de la revolución llegaba a la mesa. En lo único que desobedecí los consejos del Pato, fue al no ponerme minifalda, a pesar de que él aseguraba que era la mejor forma de despistar al enemigo” (Vásquez, 2006, p.80). Assim, a experiência narrada por María Eugenia Vásquez revela que para algumas mulheres colombianas a militarização é uma idéia emancipatória, que permite a desobediência às regras de socialização feminina, contribuindo para a construção de um projeto coletivo de sociedade. Ou seja, assumindo as formas de realização do poder masculino (seriedade e luta armada) e negando os estereótipos de poder feminino (sedução e sensibilidade) as mulheres recuperam a agência que lhes é negada em suas experiências tradicionais, transformando seus corpos em territórios de luta e transformação.

Para muchas de nosotras, aceptar el reto de las transformaciones sociales significó también asumir roles más activos y participativos en nuestras organizaciones y en la vida privada. Por ejemplo, ser capaces de tomar decisiones de tipo político que comprometían la vida misma nos llevó, pese a las contradicciones, a hacernos cargo del control de nuestros cuerpos frente a la sexualidad y a la maternidad. Estos cambios nos hicieron blanco de la censura social, dentro y fuera de la organización (Vásquez, 2006, p.126).

Essa negação da feminilidade dominante, associada à vulnerabilidade feminina, é muito importante para entender o lugar que as “mulheres guerreiras” ocupam no discurso e nas práticas das organizações de mulheres pela paz. Para nós, não é ocasional a invisibilidade das “mulheres guerreiras” nos discursos e práticas da Resolução 1325, da “Iniciativa de Mujeres por la Paz” (IMP) e da “Ruta Pacífica de Mujeres”. Essas mulheres integradas a grupos armados somente ganham visibilidade nos discursos e práticas em favor das mulheres em situação de conflito armado quando se apresentam como vítimas. Ou seja, quando o papel de agente de violência é suplantado pela condição de vítima do poder masculino bélico, do qual apenas podem reagir utilizando os mesmos meios que as oprimem. Em importante medida, a presença das mulheres nos

grupos armados é resultado da busca dessas mulheres por respeito, pertencimento e poder. Como afirma uma mulher ex-guerrilheira que entrevistamos, a arma é vista como uma necessidade; uma condição para a realização de ideais coletivos e sonhos individuais. As mulheres, em alguns casos, não estão à margem desse projeto militarista de poder, mas assumem a identidade masculina bélica como modelo de inserção social:

Quando chegamos ao acampamento, ficamos deslumbradas com tanta coisa nova que nos ensinam. Ficamos impressionadas que podemos aprender a usar uma arma. Mas depois quando se vê para que serve essa arma, elas não parecem tão boas assim. Mas lá temos armas porque é necessário e não por amor a elas. Lá nos ensinavam que o que há é para todos. Que os ricos não têm direito de consumir o que querem com tantos pobres passando fome. Isso fala pessoas que são pobres, mas também muita gente que estudou e que tem dinheiro e que participa da guerrilha (Carmen Lucía, 2007) ¹⁸⁴.

A presença das mulheres no grupo armado, portanto, representa, nesse contexto, a transgressão das possibilidades do ser feminino. Significa um movimento de interação das mulheres com o contexto político colombiano e de confrontação da vitimização da vida dessas mulheres. Tal processo é gerador de conflitos importantes para o questionamento das relações de gênero que perpassam os espaços de guerra e paz na Colômbia. As mulheres integradas aos grupos armados internalizam idéias de igualdade e realização coletiva. Afirmam que ao ingressar no grupo armado percebem uma oportunidade de redefinir seu papel social, de ampliar seus conhecimentos e de estabelecer novas relações com os homens e as mulheres ao seu redor. Assumem o mundo da guerra como espaço masculino e pretendem incluir-se nele. De início, orgulham-se de serem mulheres que participam do mundo dos homens e esforçam-se ao máximo para se encaixarem nesse mundo masculino, do qual têm a honra de fazer parte:

Yo fui soldado. Mi calidad de mujer por definición biológica no me estorbó, pero tampoco fui muy consciente de lo que ello significaba en un mundo que nos homologaba en torno de las ideologías. Pesaba más la igualdad que la diferencia. Desde muy pequeña, apoyada por mi madre, rechacé los valores tradicionalmente atribuidos a la condición femenina: la delicadeza o, mejor, el melindre, la dedicación al hogar, la destreza culinaria, el sueño de un matrimonio temprano, una maternidad prolífica y la virginidad (...) El mundo de los varones no me resultaba desconocido, y esto facilitó mi entrada en el ámbito político-militar de un grupo guerrillero cuyas prácticas, tanto la política como la militar, estaban claramente inscritas en el universo varonil, eran cosas de hombres (Vásquez, 2006, p.354-355).

¹⁸⁴Entrevista de Carmem Lucía (nome fictício), ex-guerrilheira integrada ao Programa Paz y Reconciliación, em Medellín, realizada em setembro de 2007.

O tempo para que as mulheres combatentes desenvolvam a consciência de que se incluem em um mundo masculino, e que tal tarefa tem para elas um peso diferenciado, varia. Para algumas, nunca chega. A falta de capacidade para integrar a luta armada é assumida como uma deficiência individual e não como um padrão cultural. Todavia, para a maioria das mulheres combatentes a percepção de que são mulheres (em suas expectativas e não apenas no seu corpo) em um mundo masculino é fonte de angústias e questionamentos. A nosso ver, as dúvidas que surgem da integração das mulheres aos grupos armados são espaços fundamentais de transformação dos padrões de masculinidade e feminilidade reprodutores da violência. O mito da igualdade, do companheirismo e da força coletiva cala as mulheres. O passo para o reconhecimento da discriminação de gênero e da constituição da ordem militar pelas experiências e expectativas masculinas constitui-se em um exercício psicológico muito difícil. As mulheres devem lutar contra si mesmas e resistir às imposições da cultura de gênero que internalizam. O discurso revolucionário reforça os papéis culturais associados ao feminino e ao masculino e invisibiliza as reivindicações específicas das mulheres no projeto político de emancipação :

Uno de los fundamentos para la reconstrucción de mi identidad era el reconocimiento de mis diferencias de género, las cuales daba cuenta en buena parte de mis comportamientos, tanto en las estructuras militares como en las relaciones afectivas. No fue fácil en aquel tiempo identificar la inequidad y la discriminación, ni mucho menos el poder ejercido por los varones sobre nosotras. Y eso que el Eme, acaso por su composición social – estudiantes, clase media urbana, intelectuales – fue entre los grupos guerrilleros una organización más abierta a la participación femenina en algunos cargos de dirección. Lo cual no significa que no existiera el machismo, creo que es una condición inherente a los ejércitos. Sucedió que, tanto para nosotras como para ellos, muchas de las situaciones de inequidad estaban naturalizadas por la cultura, no resultaban visibles, y por lo tanto ni las sentíamos ni las reivindicábamos (...). No me considero sumisa, pero en el campo del amor se expresan mejor mis contradicciones entre el discurso y la práctica. Creo que igual sucedió con muchas: aunque tuvimos el valor de asumir el rompimiento de la institucionalidad vigente, nos encontramos atrapadas por las formas de actuar propias de las mujeres en la sociedad de nuestro tiempo. Cedimos espacios de autonomía frente al otro, asumimos que las labores domésticas y el cuidado de los hijos eran responsabilidad fundamental de la mujeres, aceptamos que las tareas del compañero tenían mayor importancia que las nuestras, sacrificamos nuestro crecimiento por apoyarlos; en fin, renunciamos a nuestros propios proyectos, a lo que deseábamos y lo que esperábamos de la vida, en función, primero, de la organización y, luego, de ellos, nuestros amados compañeros (...). Sin embargo, nuestra práctica aportó nuevos elementos a la forma de ser mujer, con lo conflictiva que podía resultar; quizás su virtud radicaba, precisamente, en lo que evidenció las

contradicciones entre lo tradicional y lo que fuimos las guerrilleras como parte de un proyecto político (Vásquez, 2006, p.356-357).

Os espaços de realização do poder masculino na presença das mulheres são sutis e muitas vezes mascarados pela expressão em assuntos considerados menos relevantes na hierarquia militar revolucionária. Conforme afirma María Eugenia Vásquez, a forma de amar, de servir e de doar-se nas relações com os companheiros de causa diferencia as mulheres. E essa diferença é percebida, ainda que veladamente, como uma fraqueza, um ponto de desconfiança na capacidade das mulheres de assumir a destruição do outro inimigo como incondicional projeto de vida. Na visão da ex-combatente, essas contradições inerentes à ruptura com as fronteiras entre masculinidade e feminilidade dominantes redefinem os espaços de realização individual e coletiva na sociedade colombiana. A desestabilização das identidades de gênero representa um ponto de partida para pensar a superação do conceito de poder político condicionado à destruição do diferente. O aprendizado das mulheres combatentes inaugura um lugar imprescindível para repensar os fundamentos de reprodução da violência.

Em “Mujeres No Contadas”, Luz María Londoño F. e Yoana Fernanda Nieto V. analisam a participação das mulheres em grupos armados na Colômbia. Para elas, entender as experiências das mulheres que participaram das dinâmicas de guerra é um passo fundamental no sentido de pensar a construção paz na Colômbia. Em um trabalho de sistematização dos dados sobre a participação das mulheres nos grupos armados colombianos, as autoras concluem que a falta de informação sobre a quantidade e o tipo de participação das mulheres na violência armada é uma constante nos documentos sobre segurança. Todavia, os insuficientes dados disponíveis apontam para a intensificação da participação feminina no conflito armado partir da década de 1990. Estima-se que as mulheres participem na proporção de 25% da totalidade dos colombianos armados, de acordo com as fontes geradas nos processos de desmobilização coletiva e individual (Londoño F. & Nieto V., 2006, p.12). Entretanto, a distribuição dessa participação é bem diversa. Nas guerrilhas (FARC e ELN), segundo divulgação de seus comandos e depoimentos de ex-combatentes, a participação das mulheres nas frentes armadas varia entre 40% e 50% de todo o contingente. Tal fato é um reflexo do que discutimos acima

acerca do discurso de igualdade entre homens e mulheres e da proposta de inclusão das mulheres no projeto coletivo de sociedade colombiana. Por outro lado, a participação das mulheres nas AUC alcança uma média de 12% (Londoño F. & Nieto V., 2006, p.42). Para além da diferença quantitativa da participação das mulheres, aquelas que integram os grupos paramilitares exercem basicamente funções de cuidado nas tropas, estando afastadas das operações e decisões militares. Essa distinção é importante, pois esse modelo de inserção nos grupos paramilitares reforça os estereótipos de inocência, desproteção e alienação política associado ao feminino. Diferente do que narra María Eugenia Vásquez sobre o aprendizado do que é ser mulher em um mundo masculino, as percepções das mulheres participantes da AUC são mantidas dentro do espaço seguro da relação entre o masculino militar defensor (guerreiro justo) e o feminino passivo desprotegido (almas belas). As mulheres paramilitares não enxergam porque preferem não ver quem são e o que fazem aqueles a quem elas apóiam. Mantém a lealdade aos que dizem protegê-las (da violência, da miséria, dos abusos dos outros grupos armados), sem questionar a identidade e os atos que sua ação ou omissão permitem legitimar no contexto político colombiano. Na fala de uma senhora que entrevistamos em Medellín, identificamos alguns padrões usados pelas mulheres paramilitares para justificar sua ação: ignorância, necessidade e conformismo:

Eu vivia em Carepa quando me chamou um comandante paramilitar e disse que ia me ajudar porque eu vivia muito mal. Nunca peguei em armas; fazia comida, lavava roupas e colaborava com a limpeza. E aí eles me pagavam. Ficávamos afastadas; distantes umas duas ou três horas do acampamento deles. Eles eram muito ocultos; não confiavam em ninguém. Vinham até nós sem armas; eram muito bons e respeitosos; foram um grande apoio para mim; uma coisa muito boa. Ouvíamos dizer que havia mulheres, mas nunca vimos nenhuma com eles. Não sabíamos de nada do que eles faziam; eles não contavam nada do que faziam por segurança. Sabíamos quem eram eles, mas não perguntávamos. A mim, eles respeitavam muito (Estrada, 2007).¹⁸⁵

Assim, elas não percebem sua inserção nos grupos paramilitares como um ato político, mas como uma estratégia de sobrevivência em um contexto de miséria e violência. Essas mulheres constituem a maioria das combatentes inseridas nos programas de desmobilização e reinserção. Embora seja fato que o processo de desmobilização coletiva no nível formal ainda permaneça restrito às

¹⁸⁵ María Íris Estrada, ex-participante do grupo AUC, atualmente integrada ao processo de desmobilização “Paz e Reconciliação” da Prefeitura de Medellín, em entrevista realizada em setembro 2007.

AUC, a caracterização das mulheres desmobilizadas como meros instrumentos de apoio, alheias às questões políticas que sustentam a violência, é uma oportunidade para reforçar a visão de que as mulheres não têm nada importante a dizer sobre a guerra e a paz na Colômbia. Portanto, deslocar o foco para as mulheres combatentes que de fato participam da luta armada e refletem politicamente sobre a sua prática é fundamental. É isso que fazem Luz María Londoño F. e Yoana Fernanda Nieto V. (2006). As autoras destacam que a participação das mulheres na luta armada, não obstante as diferenças de cada experiência particular, aponta para algumas características comuns: a ausência nos projetos revolucionários de reivindicações específicas das mulheres; a incorporação progressiva e difícil; o desempenho de diferentes funções; a recomposição das identidades dominantes de gênero; a exigência permanente de demonstrar sua capacidade; e a diferença na valorização da experiência armada.

A ausência da reflexão crítica sobre as desigualdades de gênero dentro das organizações militares e a submissão a regras de comportamento comuns dizem respeito à visão política de igualdade entre todos os que compõem o grupo armado. Do ponto de vista discursivo, os grupos armados revolucionários buscam romper as fronteiras de classe, raça, escolaridade e gênero que tradicionalmente distinguiram e hierarquizaram os colombianos. Na prática do grupo armado, contudo, o contexto é mais contraditório. Existem regras de não distinção e não discriminação que permitem a todos se perceberem como parte de um mesmo projeto coletivo. Dividem-se bens, angústias e expectativas. Todavia, as experiências concretas dos combatentes tendem a reproduzir desigualdades tomadas como naturais (Londoño F & Nieto V., 2006, p.71). Assim, as idéias, leituras e propostas dos mais escolarizados tendem a moldar os fundamentos culturais e políticos de toda a organização. A liderança do grupo tende a se consolidar entre aqueles que demonstram melhor pensamento estratégico e maior habilidade para o uso de armas e para o combate. As funções de cuidado (cozinhar, lavar, alfabetizar, medicar) ficam, em geral, a cargo das mulheres. Ou seja, para além do discurso formal de igualdade os padrões de hierarquia social são reproduzidos na prática revolucionária.

As mulheres, que aqui representam nosso foco, não alcançam o mesmo status que os homens. São recebidas com desconfiança e precisam provar de forma mais enfática que os homens que possuem as qualidades necessárias para

fazer parte do grupo armado (Kronsell, 2006, p.125). Sua inaptidão física é assumida como natural e, portanto, elas são cobradas a comprovarem a rejeição dos padrões dominantes de feminilidade. O exercício da sua sexualidade é percebido como uma ameaça aos objetivos do grupo armado. Para evitar conflitos afetivos ou para impedir a gravidez, a sexualidade das mulheres é controlada. Assim, embora o discurso revolucionário proclame a igualdade de tratamento entre homens e mulheres, a percepção dos guerrilheiros e das guerrilheiras é que o corpo feminino traz em si limitações que devem ser superadas e controladas:

Mientras en el caso de ellos no hay rupturas con el modelo de identidad de género, en el de ellas su participación en la guerra las obliga a asimilarse a un mundo altamente ‘masculino’, en términos de los valores que lo caracterizan (fuerza, resistencia, dominio, heroísmo, control emocional), de los comportamientos que se enaltecen (frialdad, racionalidad, habilidad militar, vocación de mando, eficacia), y de los aditamentos propios de su identidad guerrera (uniformes, camuflados, armas, banderas, insignias). En suma, en mayor o menor grado, ellas deben disfrazar su feminidad, o, de manera similar a las mujeres de hace años – que debían cortarse el cabello, usar ropa masculina e incluso cambiarse el nombre por uno de varón para poder ir a la guerra –, aun hoy en día ellas deben travestirse. Si no ya tanto en el vestido – por evoluciones de la moda, no ajenas por supuesto a cambios de fondo ocurridos en el ser y el hacer de las mujeres, que pusieron a nuestro alcance la posibilidad de llevar pantalones –, sí en términos de los valores y comportamientos que tradicionalmente han definido lo que significa ser mujer en las sociedades occidentales (Londoño F. & Nieto V., 2006, p. 49-50).

A Resolução 1325 pressupõe a participação das mulheres nas negociações pela paz e na resolução dos conflitos armados. Portanto, não haveria uma contradição explícita entre o texto da Resolução e a participação das mulheres combatentes nas mesas de negociação. Da mesma forma, a Resolução requer que as necessidades específicas das mulheres sejam incluídas nos acordos de paz. Há inclusive uma menção direta às mulheres ex-combatentes, na qual a Resolução 1325 “*encourages all those involved in the planning for disarmament, demobilization and reintegration to consider the different needs of female and male ex-combatants and to take into account the needs of their dependants*” (Resolução 1325, 2000, item 13). Entretanto, para as organizações de mulheres, as ex-combatentes representam basicamente uma categoria de vítimas desprotegidas do conflito armado que têm seus corpos utilizados como instrumento de guerra. Nesse contexto, as experiências das mulheres, que não se assumem como vítimas e que pretendem reconhecer sua

participação na guerra como ponto de partida para transformar as relações de gênero, não são consideradas:

La paz nunca será posible si los grupos armados o los líderes militares no deponen armas. Cada proceso de DDR involucra y afecta a las mujeres, ya sea que participen como combatientes, tengan familiares involucrados en los conflictos o formen parte de una comunidad en proceso de integración de sus ex combatientes. Mientras que algunas mujeres se suman a los grupos armados por iniciativa propia, un gran numero de ellas son raptadas para actuar como combatientes en los enfrentamientos o forzadas a servir como esclavas sexuales o domésticas (UNIFEM-Andina, 2007, p.29).

Diante da marginalização de suas experiências, as mulheres ex-combatentes formam um grupo específico dentro do movimento de mulheres pela paz. Pretendem romper com os estigmas associados à participação feminina na violência armada e construir as bases para a transformação social a partir dos aprendizados que obtiveram na luta armada. “Cada una enfrentó a su manera la doble discriminación: por ser mujeres insurgentes que transgredieron el orden social y por ser mujeres dedicadas a la política, que transgredieron los roles propios de la familia y de la pareja” (Salazar, 2003, p. 51). A agenda dessas mulheres ex-combatentes está centrada na construção de relações de gênero pacíficas e equitativas a partir do aprendizado consolidado na experiência com os grupos armados: desenvolvimento da capacidade de organizar-se, de tomar decisões, de assumir responsabilidades, de trabalhar com as comunidades, de alcançar objetivos comuns em benefício dos setores excluídos (Salazar, 2003, p.51). Todas essas características, tradicionalmente negadas às mulheres, podem ser replicadas dentro do movimento de mulheres pela paz, quando assumidas como uma vivência específica que pode contribuir para o questionamento do não protagonismo político das mulheres. As mulheres são plenamente capazes de realizar as tarefas associadas ao poder político. Todavia, tendo experimentado essas tarefas, elas podem conscientemente rejeitar esse modelo de poder político e propor novas possibilidades de realizar-se individual e coletivamente.

As mulheres ex-combatentes podem compartilhar a experiência de ter vivido uma igualdade opressora, em que os valores associados ao bom e ao correto não são neutros, mas refletem as experiências de um grupo específico que se impõe a todos os demais. “La preocupación no consistía en considerar la

especificidad de las mujeres y en ejercer el derecho a que se respetara nuestra particular condición de género, sino en igualar a los hombres a partir de valoraciones masculina” (Salazar, 2003, p.50). Ou seja, os espaços de poder político, negados historicamente às mulheres, representam um mecanismo de reprodução e reafirmação da cultura política da masculinidade bélica. O poder das mulheres, nesse sentido, é uma estratégia de legitimação da forma dominante de realização da masculinidade: pela expressão de uma verdade única, pela capacidade de dominação dos recursos físicos e ideológicos, pela destruição do outro. Portanto, as experiências das mulheres que vivenciaram esse poder de realizar-se pelo ativismo político dentro dos grupos armados são ferramentas indispensáveis na construção de relações de gênero menos polarizadas e hierarquizadas:

Llamarnos excombatientes significa que recorrimos el camino de la lucha armada insurgente y que ahora optamos por la no-violencia, sin que esto último signifique negar nuestro pasado como combatientes. Aún más, ahora nos consideramos una continuidad, somos producto de ese pasado y a través de ese proceso estamos construyendo nuestro ser específico como mujeres excombatientes. Eso significa también que estamos definiendo unos derechos específicos para nuestra condición particular (Salazar, 2003, p.49).

6.2.2. A representação das vítimas no movimento de mulheres – o lugar onde a vida começa é o espaço que inaugura a transformação:

Nas políticas da “Ruta Pacífica de Mujeres” e da “Iniciativa de Mujeres por la Paz”, a representação das mulheres como vítimas do contexto político colombiano é prioritária. Essa representação pretende tornar visíveis os impactos da violência política na vida das mulheres colombianas. Portanto, cumpre o fundamental papel de romper com o silêncio acerca das expressões de violência que perpassam a vida das mulheres (deslocamento forçado, exclusão econômica, violência sexual, isolamento, ameaças e controle de comportamento e mobilidade). De fato, o lugar das demandas e necessidades das mulheres nas políticas públicas de segurança é marginal. Dessa forma, é muito importante o trabalho de visibilização e denúncia que realizam as organizações de mulheres. Todavia, uma vez mais gostaríamos de chamar atenção para os perigos decorrentes de assumir as mulheres como vítimas e de centrar a postura política em favor das mulheres na idéia de carência de proteção.

Para lidar com os efeitos perversos da vitimização, as organizações de mulheres, em especial a Ruta, defendem a idéia de autoproteção. Ou seja, assumem a necessidade das mulheres de romperem com a idéia de que estar ao lado de um ator armado lhes garante proteção. A segurança das mulheres pode ser construída pelas próprias mulheres quando elas criam novas formas de proteção: a mobilização coletiva, os atos simbólicos, a não colaboração com os atores armados e a solidariedade com os grupos mais vulneráveis. Assim, as mulheres rompem com o paradigma da proteção masculina. Todavia, essa idéia de autoproteção é perpassada pela iminência da agressão masculina, que alimenta a cultura do medo e da desconfiança, impedindo a construção de novas relações entre homens e mulheres .

A dualidade da posição de vítima pode ser ilustrada pelo setor do movimento de mulheres mais reconhecido pelos colombianos: as mães. A legitimidade do movimento de mães decorre da construção de uma identidade híbrida entre protetores e protegidos. Por um lado, as mães de seqüestrados, desaparecidos e assassinados reproduzem os padrões tradicionais de construção do feminino. Sua identidade principal é a de mãe. Suas funções são o cuidado, o sacrifício e o padecimento. Assim, a primeira motivação dessas mulheres para alcançarem o espaço público é vivenciar a maternidade. Seus filhos são tirados de suas casas e, portanto, o doméstico deixa de ser o lugar do cuidado. Diante desse contexto, elas se sentem impelidas a ir buscá-los. Desenvolvem um sentimento muito forte de culpa pelo ocorrido e percebem o espaço público como a única oportunidade de prosseguirem sua missão de cuidado e zelo em relação aos seus seres queridos:

Mi nombre es Marlene Herrera, y estoy aquí porque tengo un hijo y mi nuera desaparecidos hace cinco años, tres meses y tres días. (hay llanto). Lo desaparecieron saliendo de la casa. Solo sé que lo subieron en un taxi, no más. No supe si llegó a donde iba o no llegó. Y estoy aquí haber si alguien me dice la verdad, donde lo tienen y como lo tienen, si está vivo o está muerto. No necesito más nada sino que me digan: aquí está su hijo, vea. Vivo o muerto pero que aparezca. Es lo único que yo busco, que me digan la verdad sobre mi hijo y mi nuera (Madres de la Candelaria, 2007)¹⁸⁶.

A mãe, portanto, é a guardiã do sagrado social associado à relação mãe/filho. Representa o imperativo social de cuidado aos filhos, de proteção

¹⁸⁶Em entrevista realizada em setembro de 2007.

incondicional daqueles que gera. A mãe vai à praça pública, desarmada, chorando, gritando e exigindo que o Estado cumpra seu dever de proteção dos cidadãos colombianos. A revolta e o sofrimento das mães representam o inconformismo pela ruptura do contrato tácito entre mães e Estado. São elas as protetoras do espaço privado. Aquelas que alimentam, educam e cuidam da segurança dos colombianos enquanto estes permanecem no espaço doméstico. Quando seus filhos alcançam o espaço público, elas transferem essa missão de cuidado e proteção ao Estado. Quando o Estado não apenas se omite em cumprir seu dever de proteção, mas se torna um agente de violência contra quem devia zelar, há uma ruptura do sagrado social. É essa violência, compreendida por cada um dos colombianos e colombianas, não obstante suas diferenças políticas, que leva às mães ao espaço público para denunciar a falência de toda uma sociedade.¹⁸⁷

Essas mães mobilizadas em favor da verdade e da justiça sobre seus filhos são transgressoras da ordem política moderna. Tornam evidente a não realização do mito de proteção quando demonstram, por suas experiências pessoais e íntimas, que o Estado guerreiro falhou em proteger a nação colombiana. Essa vivência das mães organizadas é, portanto, potencialmente emancipadora para todos os setores da sociedade colombiana historicamente silenciados pelo mito de que todos seriam protegidos pelo Estado. A força do movimento de mães está na contradição gerada pela incapacidade dessas mulheres de se realizarem como culturalmente estabelecido. Essa incapacidade deriva não de sua vontade individual de conquistar o poder que tradicionalmente lhes é negado, mas sobretudo do sentimento de terem sido traídas pelo justo guerreiro Estado. Diante da traição do pacto de proteção, as mães recuperam a agência que foi historicamente tomada do feminino e inauguram novas relações sociais.

As contradições presentes nas formas de resistência das colombianas à guerra são o lugar da transformação das relações sociais violentas. Quando a

¹⁸⁷ As mulheres que compõem o movimento de mães, em geral, eram donas de casa, com baixa escolaridade, pouca ou nenhuma participação política, proveniente de bairros periféricos das grandes cidades ou povoados camponeses. Desse modo, tornar-se membro de um grupo político significa para essas mulheres subverter tudo que eram e foram ensinadas a ser.

estrutura violenta de tal forma os papéis culturalmente construídos para o feminino, as identidades masculinas deixam de ser espaços exclusivos dos homens e novas portas se abrem para as mulheres. Algumas dessas portas convidam as mulheres a conhecerem um novo mundo, mas as impedem de participar da reconstrução da história de seu lugar e de seu tempo. A experiência do poder masculino para as mulheres pode constituir um processo perverso de assimilação do feminino. Todavia, a relação das mulheres com o poder não é simples. Por isso, nos parece fundamental refletir sobre os dilemas que surgem da relação entre mulheres organizadas e espaços de poder.

6.3. O Mito do poder ou por que não conseguimos ser o mundo que queremos construir?

6.3.1. O local descobre e realiza o internacional – a experiência da “Mesa de Trabajo Mujer y Conflicto Armado”:

Para entender as possibilidades de construção do poder a partir da organização das mulheres colombianas, o exemplo da “Mesa de Trabajo Mujer y Conflicto Armado” é muito relevante. A iniciativa representa um exemplo da capacidade das organizações de mulheres locais de utilizarem os mecanismos internacionais de controle e pressão do Estado para criar estratégias locais de superação da violência. A “Mesa de Trabajo Mujer y Conflicto Armado” surge em 2000, quando as organizações de mulheres decidem mobilizar-se para elaborar um relatório sobre o impacto do conflito armado na vida das mulheres colombianas, em diferentes dimensões. Tal relatório deveria ser entregue à Relatora Especial das Nações Unidas sobre a violência contra a mulher. A Relatora na época era Radhika Coomaraswamy, membro da Comissão de Direitos Humanos da ONU, que impressionada com o que relatavam as mulheres colombianas agenda uma visita oficial à Colômbia em novembro de 2001. A partir do que observa e, principalmente, com base no que haviam relatado as organizações de mulheres colombianas, entre elas a “Ruta Pacífica de Mujeres”, a Relatora elabora recomendações que se tornam referências para a incidência das mulheres colombianas para a negociação da paz na Colômbia.

La Mesa de trabajo ‘Mujer y conflicto armado’ es un espacio de coordinación y reflexión conformado en septiembre del año 2000 por organizaciones de mujeres y de derechos humanos, organizaciones sociales, personas y entidades nacionales e internacionales, con la intención de hacer visible el

impacto del conflicto armado interno en las vidas de mujeres, jóvenes y niñas colombianas. En abril de 2001 la Mesa elaboró un primer informe sobre este tema. Conociendo la importancia de acudir a los mecanismos internacionales de protección de los derechos humanos, entregó dicho informe a la Relatora Especial de las Naciones Unidas sobre Violencia contra la Mujer, con el fin de despertar su interés en el caso colombiano y promover su visita para constatar la situación de violaciones de los derechos humanos de las mujeres. En noviembre de 2001 la Relatora visitó el país y presentó su informe ante la Comisión de Derechos Humanos de las Naciones Unidas (Mesa de Trabajo Mujer y Conflicto Armado, 2006, p. 3).

A possibilidade de tornar visível no espaço da ONU o impacto do conflito armado na vida das mulheres colombianas é gerada pelo conhecimento, informação e interação entre os grupos locais e as agências internacionais. Diante do difícil diálogo com o governo colombiano, as organizações de mulheres percebem a oportunidade de transformar sua posição política através da participação no espaço internacional. Entretanto, essa participação não é um fim em si mesmo, mas uma forma de buscarem realizar seus objetivos internamente. Por isso, os documentos internacionais (como a Resolução 1325) são tão importantes para as organizações de mulheres locais. Através desses documentos, as organizações podem pressionar o Estado a responder concretamente aos compromissos firmados nos espaços internacionais. As recomendações e valores expressados nos documentos internacionais são principalmente inauguradores de novas relações sociais. É o que Margaret Keck e Kathryn Sikkink (1998) chamam de efeito bumerangue. Ou seja, o movimento iniciado pelas organizações locais de buscar apoio internacional para se fazer ouvir e proteger no âmbito doméstico.

“When channels between the state and its domestic actors are blocked, the boomerang pattern of influence characteristic of transnational networks may occur: domestic NGOs bypass their state and directly search out international allies to try to bring pressure on their states from outside” (Keck & Sikkink, 1998, p. 12).

Esse modelo de relação, contudo, pressupõe o estabelecimento de conexões prévias, geradoras de confiança mútua. Ou seja, não é uma atitude pontual, instrumental, que pretende apenas atingir um objetivo específico. As organizações de mulheres precisam reconhecer o espaço da ONU como seu espaço de atuação. Necessitam conhecer os procedimentos e mecanismos para se fazer ouvir pelas agências internacionais. Para tal, demandam capacidades

diversas, somente possíveis pela organização em rede. No caso da “Mesa de Trabajo Mujer y Conflicto Armado”, o coletivo é formado por um grupo multidisciplinar, o que contribuiu para a ação internacional do grupo. Além de organizações de mulheres de diversos setores (camponesas, indígenas, deslocadas, ex-combatentes, por exemplo), a “Mesa de Trabajo Mujer y Conflicto Armado” inclui grupos de direitos humanos, instituições legais (como o Instituto Latino-americano de Serviços Alternativos Legais – ILSA) e organismos internacionais observadores (ACNUR, Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos, Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários –OCHA, Terre des Hommes – Alemanha, Save the Children – Reino Unido). O caráter de observadores das instituições internacionais confere autonomia ao processo de organização das mulheres colombianas, respeitando os significados que elas constroem para suas próprias experiências. Ou seja, as agências internacionais oferecem apoio técnico e financeiro imprescindíveis para a participação das organizações de mulheres colombianas nos espaços internacionais. Todavia, as normas internacionais são referências e não determinantes da agenda e da atuação dessas organizações.

Esse modelo de interação pressupõe uma relação de confiança estabelecida pela proximidade entre as agências internacionais e as organizações de mulheres na Colômbia. As agências da ONU, baseadas na Colômbia, têm por objetivo visibilizar os impactos do conflito armado na vida dos colombianos, em especial das populações mais vulneráveis (camponeses, mulheres, indígenas, afro descendentes, deslocados). Essa tarefa integra o processo de implementação dos documentos e resoluções internacionais sobre direitos humanos específicos. No caso das mulheres, especialmente, esse trabalho é um dos pontos fundamentais da Resolução 1325, que pretende sistematizar informações e experiências sobre o impacto específico que as mulheres sofrem no contexto do conflito armado (Programa Paz y Seguridad, 2005, p.12). O processo de “localização” das agências da ONU na Colômbia reflete uma dinâmica de conhecimento e incidência que pressupõe estar perto, fazer-se conhecer e integrar-se ao contexto político em que atuam.

Na Colômbia, as agências da ONU priorizam o trabalho em parcerias com as organizações locais, sistematizando e fortalecendo “boas práticas” geradas pelas necessidades e processos de construção política inerentes ao contexto colombiano. Ou seja, as organizações internacionais não pretendem apenas moldar as iniciativas locais às prioridades globais, mas basicamente atender ao que as organizações colombianas definem como seus objetivos. Dessa forma, os princípios, os conceitos e as recomendações das Nações Unidas são apresentados como um material de apoio, uma possibilidade de expansão de conhecimento e de incidência, e não como um condicionante das políticas de realização da agenda dos movimentos sociais pela paz. A leitura dos colombianos sobre suas histórias, suas experiências e suas possibilidades de resistência à violência são valorizadas e expressadas como um ponto de partida para negociar uma nova sociedade. Uma síntese desse trabalho de incidência é o relatório do PNUD, para o ano de 2003, denominado “El Conflicto, callejón con salida”¹⁸⁸. Tal relatório apresenta uma perspectiva sobre o desenvolvimento humano, centrada na compreensão das raízes históricas e dos impasses políticos do conflito armado colombiano. Nessa tarefa, o organismo da ONU dá voz a diferentes atores que refletem e atuam sobre o contexto político colombiano, atravessando essas experiências genuínas e concretas com o conceito de segurança humana. Ao final, conclui que não há um único lugar de onde partir, nem tampouco um destino pré-definido, mas um caminho de construção da paz na Colômbia (PNUD, 2003, p.471). Um caminho que implica em comunicar as vias de saída, silenciadas pelas leituras dominantes sobre a Colômbia:

Debo darles fe de una constatación personal: Colombia es un país que no se resigna. Muchos quizá no lo perciban. Pero créanme: aquí hay más solidaridad que barbarie; más imaginación que rabia, y más resistencia a la guerra que desconfianza en la paz. También hay mucha tenacidad, confianza y, sobre todo, esperanza, a pesar del sufrimiento, las evidencias de la violencia y los desencantos que nos afectan día tras día. Lo expresan por igual empresarios, políticos, gobernantes, líderes sociales, defensores de derechos humanos, periodistas, investigadores, religiosos, diplomáticos, y hasta los que siguen combatiendo. Y aunque haya divergencias o matices en las interpretaciones, prioridades, procedimientos, percepciones de sus roles y sueños a lo largo plazo, el objetivo es el mismo: vivir en paz, con todo lo que supone (...). Es mucho lo que recogió este Informe de las experiencias, el pragmatismo, la necesidad de sobrevivir y la imaginación creadora de cerca de cuatro mil personas consultadas durante poco más de un año. Entre ellos se

¹⁸⁸Para consultar o inteiro teor do informe: <<http://pnud.org.co/indh2003>>.

destacan líderes campesinos e indígenas, expertos nacionales e internacionales, alcaldes, gobernadores, funcionarios de gobierno, académicos, desmovilizados, empresarios e, incluso, las propias víctimas. Se ha dicho que la esperanza no es la convicción de las cosas saldrán bien, sino la certidumbre de que algo tiene sentido. Esa convicción nos asiste frente al Informe Nacional de Desarrollo Humano que presenta opciones para superar el conflicto armado. Desde ahora, no habrá excusas para verlo a colores por la televisión sin tener el sentimiento de que, a pesar del dolor cotidiano, los colombianos sabrán construir la paz con ahínco, determinación y esperanza porque, como lo expresa la carátula del texto, *El Conflicto Colombiano es un callejón con salida* (Witschi-Cestari¹⁸⁹, 2003, p.9).

A atuação das agências da ONU na Colômbia se dá em uma via de mão dupla, onde os significados globais sintetizados nos documentos da ONU interagem com as leituras locais geradas pelas experiências de organização da sociedade civil colombiana¹⁹⁰. A relação entre o respeito à especificidade de cada organização (seus valores, sua missão, seus objetivos, seus pressupostos filosóficos, políticos e sociais) e a busca de um universal comum (a saída negociada para o conflito armado colombiano) permite a aproximação e a coordenação dos objetivos das organizações locais e dos organismos internacionais. Um outro exemplo dessa dinâmica é a publicação “Contribuciones a la construcción de la paz en Colombia – Buenas Prácticas Desde um Enfoque de Género”¹⁹¹, em que diferentes experiências que partem da organização de mulheres para a construção da paz são compiladas. O objetivo da publicação é construir conhecimento para a implementação no contexto colombiano do que dispõe a Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU, através da descrição de boas práticas de resistência à violência, combinadas com lições aprendidas na construção desses processos de resistência. “Para el caso de ‘buenas prácticas’ y ‘lecciones aprendidas’, se trataría de generar conocimiento sobre cómo incorporar la perspectiva de género en la prevención, tratamiento y resolución del conflicto derivándolo de las experiencias exitosas que se hayan dado en este sentido” (Programa Paz y Seguridad, 2005, p.9).

¹⁸⁹Coordenador Residente e Coordenador Humanitário do Sistema das Nações Unidas na Colômbia, em prefácio ao Relatório do PNUD para o ano de 2003.

¹⁹⁰O conceito de sociedade civil é bastante controverso e debatido nas ciências sociais. Ele é aqui usado no sentido amplo, denotando qualquer manifestação organizada da sociedade que não seja parte de organismos governamentais ou intergovernamentais.

¹⁹¹Publicação da UNIFEM Andina, no âmbito do Programa “Paz y Seguridad”, no ano de 2005.

Entre as iniciativas, classificadas como “boas práticas” pela UNIFEM, destacam-se trabalhos da “Ruta Pacífica de Mujeres”, da “Iniciativa de Mujeres por la Paz” e da “Mesa de Trabajo Mujer y Conflicto Armado”. Ou seja, diferentes projetos que contribuem para o pensamento e a ação em favor da paz na Colômbia geradas pelo protagonismo político das mulheres. Especificamente a experiência da “Mesa de Trabajo Mujer y Conflicto Armado” é destacada como um exemplo de mútua aprendizagem na relação entre mulheres no nível local e organizações internacionais. De acordo com a UNIFEM, a “Mesa de Trabajo Mujer y Conflicto Armado” atua em duas dimensões. A primeira diz respeito à sensibilização da sociedade colombiana, do sistema das Nações Unidas e do governo colombiano sobre os efeitos diferenciados do deslocamento forçado na vida das mulheres e meninas indígenas e afro-colombianas; da violência sexual; e do crescente controle que exercem os atores armados na vida das mulheres jovens e líderes. A segunda dimensão pretende realizar o acompanhamento da implementação das recomendações internacionais para a proteção dos direitos humanos das mulheres no contexto do conflito armado (Programa Paz y Seguridad, 2005, p.118-119). O conhecimento acerca das violações dos direitos humanos das mulheres em situações de conflito armado não é gerado apenas nas discussões que têm lugar nos fóruns internacionais. As experiências e as informações consolidadas pelas iniciativas locais retornam às agências da ONU e são importantes instrumentos de legitimação e pressão para a concretização dos documentos de proteção dos direitos humanos das mulheres. Ao mesmo tempo, servem de referência para a atuação das organizações de mulheres colombianas:

Mujeres organizadas y sectores del movimiento de mujeres utilizan los materiales de difusión trabajados por la Mesa de trabajo ‘Mujer y Conflicto Armado’ para realizar el seguimiento a las recomendaciones de diferentes organismos de Naciones Unidas, tendientes a superar el estado crítico de violaciones a los derechos humanos de las mujeres como resultado de la degradación del conflicto armado. La información recopilada sobre la situación de avance o retroceso en materia de violaciones a los derechos humanos y al DIH, perpetrada contra las mujeres, jóvenes y niñas en la actual situación de agudización del conflicto armado, es suministrada a los diferentes organismos de Naciones Unidas encargados del tema (Programa Paz y Seguridad, 2005, p. 120).

A experiência da “Mesa Mujer y Conflicto Armado” representa, assim, um movimento de mútua constituição entre local e internacional no que

concerne aos significados atribuídos aos direitos humanos, fortalecendo a posição política das mulheres organizadas nas discussões de segurança. Para além de princípios e recomendações abstratos, há um processo aberto de negociação de significados para que seja alcançado um contexto de segurança internacional que inclua as demandas das mulheres. Tal fato não significa dizer que não haja relações de poder entre as agências da ONU e as organizações locais, entre as agências da ONU e as agências da ONU e entre as organizações locais e as organizações locais. Há desigualdade de recursos, capacidade técnica e oportunidades entre as diferentes entidades que atuam pelos direitos humanos das mulheres na Colômbia. Essa desigualdade é geradora de disputas por espaço, recursos, visibilidade e prestígio. Entretanto, o que aqui queremos ressaltar é que a relação entre internacional e local também pode se dar a partir da mútua aprendizagem, tornando os diferentes espaços de legitimação dos direitos humanos das mulheres mais fortes:

Nosso trabalho consiste em dar apoio técnico e financeiro para elaboração e execução de projetos. Apoiamos trabalhos de incidência nas instituições governamentais para aumentar o orçamento das Secretarias de Mulheres, para que incluam indicadores de gênero nos seus relatórios e avaliações. Apoiamos também a Mesa ‘Mujer y Conflicto Armado’ e a Corporação Humanas na documentação do impacto da desmobilização na vida das mulheres. Trabalhamos também com o governo oferecendo consultoria para que incluam indicadores de gênero nos processos de avaliação e fortalecendo instituições como a Procuradoria no tema de deslocados e fortalecendo a Secretaria de mulheres para que tenha mais orçamento e possa se desenvolver. Temos três eixos prioritários para o trabalho na Colômbia. O primeiro é o combate à violência contra as mulheres, através do programa Cidades Seguras, que pretende visibilizar a violência contra as mulheres nos espaços públicos. Outro é Verdade, Justiça e Reparação, com que trabalhamos com o movimento de mulheres contra a guerra na Colômbia. O terceiro eixo é governabilidade e desenvolvimento, através do programa Paz e Segurança. São programas institucionais realizados a partir das organizações locais. Elas formulam o projeto e o executam. Nós ajudamos na elaboração e no financiamento. Ajudamos também com divulgação de material informativo e teórico sobre segurança humana, gênero e recomendações da ONU para a equidade de gênero. Em geral, realizamos financiamento de projetos de organizações que já conhecemos diretamente. Quando se trata de um projeto muito grande, com muito dinheiro, convocamos as organizações para um processo de seleção, como é o caso agora do ‘Trust Fund to the End of Violence Against Women’. Embora tentemos dar ênfase às organizações de base (deslocadas, afro-colombianas, indígenas), nesses projetos maiores, as ONGs mais profissionalizadas levam vantagem na avaliação das propostas (Buitrago, 2007).¹⁹²

¹⁹² Em entrevista realizada em agosto de 2007.

Algumas experiências da sociedade civil na Colômbia, portanto, ilustram a possibilidade de interação entre internacional e local na produção de conhecimento sobre os obstáculos e as possibilidades para a paz. A “Mesa Mujer y Conflicto Armado”, por exemplo, pretende problematizar os instrumentos de proteção dos direitos humanos e do direito internacional humanitário. No caso dos delitos sexuais, por exemplo, o relatório de 2003 da Mesa destaca que a legislação humanitária protege aquelas pessoas que integram a população civil, tornando a pena maior para o caso de delitos praticados no contexto do conflito armado. O entendimento de população civil implica não participação nas hostilidades ou recrutamento forçado, o que inclui maior parte das vítimas do conflito armado colombiano. Todavia, tal preceito não contempla as experiências vividas pelas meninas e mulheres que se envolvem com os atores armados, nem as relações sexuais às quais mulheres combatentes se submetem nos acampamentos militares. “No se incluye la pregunta de si la persona agredida es o no capaz de consentir” (Mesa de Trabajo Mujer y Conflicto Armado, 2003, p.8). Dessa forma, a proteção do Direito Internacional Humanitário desconsidera os constrangimentos culturais e sociais que levam meninas e mulheres a consentirem relacionar-se sexualmente com os atores armados.

Pelas construções dominantes de gênero, a proteção das mulheres é condicionada à sua submissão aos valores e desejos masculinos. Seu corpo é território de realização da masculinidade, cuja dimensão fundamental é a sexualidade. Portanto, conquistar o corpo de uma mulher significa fazer-se poderoso frente aos demais membros do grupo armado. Algumas mulheres e meninas constroem sua identidade através da submissão à vontade masculina, pelo valor simbólico associado às armas, ao uniforme e aos bens materiais relacionados à violência armada. Associam seu status e valor ao que está representado como poder nos espaços em que se encontram. Ou seja, o processo de controle e apropriação dos corpos femininos nem sempre requer o exercício da força e da violência direta. A submissão cultural do corpo feminino à realização sexual da masculinidade se reflete em relações que legitimam a dependência afetiva, física e material das mulheres em relação aos homens. O processo de socialização a que tanto mulheres quanto homens estão expostos

naturaliza a idéia de que a presença masculina oferece a segurança que está essencialmente ausente no corpo feminino. O corpo feminino, portanto, é reproduzido nas relações cotidianas como uma ausência, que somente pode ser superada pela presença masculina, fonte de segurança e proteção.

A violência sexual, assim, não decorre apenas do uso da força física, mas principalmente da construção simbólica que associa a proteção com o masculino. Tal construção molda não apenas as experiências dos homens, mas também das mulheres que percebem a violência sexual como um fato natural, tanto nos espaços privados quanto nos espaços públicos. As mulheres, assim, nem sempre reconhecem a submissão sexual como violência, aceitando que o que vivenciam é parte do que lhes cabe como papel social. A esposa, a filha, a enteada, a profissional do sexo, a guerrilheira, a mulher que se veste de uma maneira específica são expostas às expectativas sexuais masculinas, convencidas de que seu corpo é o lugar de realização dos desejos masculinos. E mesmo quando reconhecem que são vítimas de violência, a maioria das mulheres se sente constrangida e intimidada em denunciar o que sofreram, tendo em vista o estigma social associado à mulher vítima de violência sexual. Muitas vezes essas mulheres ainda temem se tornarem vítimas de outras violências, pois são ameaçadas. Dessa forma, o silêncio e o esquecimento sobre as violências sexuais são sistematizados nas relações entre homens e mulheres:

Quando tinha 16 anos fui abusada sexualmente. Ele pertencia a um grupo armado (que me reservo ao direito de não dizer qual era). Já foi morto. Não por isso, mas por outras coisas. Ele fazia parte do grupo que operava onde eu vivia. Obviamente, nunca pude denunciá-lo porque tinha muito medo de represálias contra mim e contra minha família. Não sei se isso acontecia com outras mulheres porque não falamos sobre isso. Não falamos sobre essas coisas. O pai do meu filho também me batia. Por isso, o deixei. Jamais o denunciei; também por medo porque todo mundo diz que se ele fosse preso quando saísse da prisão voltaria mais violento e mais enfurecido. Hoje até há alguns organismos que protegem as mulheres, mas ainda há muita gente que deixa essas coisas para a porta de dentro de casa (Gómez, 2007) ¹⁹³.

O contexto de intimidação (física, psicológica e social) associado aos crimes sexuais contribui para a impunidade. As vítimas têm medo de denunciar as violências sexuais que sofrem, pois percebem que o custo social é muito alto.

¹⁹³Sandra Gómez, detida na Penitenciária feminina “Buen Pastor”, em entrevista realizada em agosto de 2007.

Os perpetradores, por outro lado, enxergam o crime sexual como um delito menos grave, pelo qual raramente terão que responder. Para a “Mesa de Trabajo Mujer y Conflicto Armado”, é preciso investir nos espaços internacionais como mecanismos de transformação da legislação e das práticas contra os crimes sexuais na Colômbia. A Mesa, portanto, concebe os espaços políticos internacionais e colombianos como processos interdependentes sobre os quais é preciso incidir. Os instrumentos normativos sobre crimes sexuais refletem significados que podem ser modificados para incluir as demandas das mulheres. É o que ocorreu, por exemplo, com o Estatuto de Roma¹⁹⁴, que representa um avanço nas normas internacionais sobre mulheres e conflito armado. Trata-se de um documento internacional de caráter vinculativo sobre mulheres e segurança. Tal fato permite às mulheres, individual ou coletivamente, recorrerem à Corte Penal Internacional quando perceberem que o processo interno de instrução e julgamento sobre crimes sexuais não obedece aos preceitos internacionais. É o caso da sentença T-453 de 2005, que determinou a retirada de provas sobre a conduta sexual da vítima antes do crime sexual em um processo que tramita na justiça colombiana. Da mesma forma, o Estatuto de Roma problematiza a natureza das relações sexuais consentidas em contextos de explícita desigualdade de poder:

Según lo previsto por el Estatuto, en el caso de delitos sexuales, la garantía de los derechos de las víctimas requiere unas reglas especiales de prueba: la prohibición de que en circunstancias de subordinación específica, el consentimiento de la víctima sea utilizado como argumento de la defensa, la prohibición de presentar pruebas acerca su conducta sexual y la no exigencia de corroboración de su testimonio, aspectos que deben ser tomados en consideración al momento de legislar sobre delitos cometidos con ocasión o en desarrollo de conflictos armados como el que vive el país. Estas reglas de procedimiento y prueba deben ser incorporadas en caso de una reglamentación posterior de la ley a fin de avanzar en la armonización de la legislación interna con el Estatuto de Roma. (Mesa de Trabajo Mujer y Conflicto Armado, 2005, p.40).

Todavía, a Mesa informa que a Colômbia, embora seja signatária do Estatuto de Roma, não harmoniza a legislação interna ao disposto na norma internacional¹⁹⁵. Em especial, a chamada “Lei de Justiça e Paz” (Lei 975 de

¹⁹⁴Estatuto da Corte Penal Internacional, de julho de 1998, do qual a Colômbia é signatária.

¹⁹⁵Ressalte-se que a Colômbia ratificou oficialmente o Estatuto de Roma, através da Lei 742/2002. Todavía, o que aqui apontamos é a falta de coerência entre o disposto na norma

2005), o principal pilar da política de “segurança democrática” do governo de Álvaro Uribe, desconsidera as recomendações internacionais (Mesa de Trabajo Mujer y Conflicto Armado, 2005, p.112). Os crimes sexuais (estupro, escravidão sexual, gravidez, esterilização e aborto forçados) são reconhecidos internacionalmente como violações dos direitos humanos e, portanto, não podem ser objeto de negociação entre grupos em conflito. Contudo, por meio da “Lei de Justiça e Paz”, o governo colombiano permite que os crimes sexuais praticados no contexto do conflito armado colombiano, em especial pelos paramilitares, sejam sistematicamente invisibilizados e descriminalizados. Dessa forma, para o movimento de mulheres, de maneira geral, a “Lei de Justiça e Paz” representa um retrocesso no processo de legitimação dos direitos humanos das mulheres na Colômbia; especialmente no que toca à modalidade de confissão adotada no processo, que reforça a posição privilegiada dos atores armados em detrimento da população civil desarmada na Colômbia. A lei estabelece incentivos e benefícios para a confissão através da apresentação de “versões livres” dos acusados sobre os fatos ocorridos no contexto do conflito armado. Ou seja, a punição dos membros de grupos armados é delimitada pela sua própria percepção dos fatos, não alcançando contemplar a posição das vítimas nesse processo. Caso a confissão realizada não seja completa por parte dos grupos armados, a lei não estabelece a perda dos benefícios, incorporando a dimensão de que tal omissão possa não ter sido intencional (Mesa de Trabajo Mujer y Conflicto Armado, 2005, p.43). Assim, o processo estabelecido pela “Lei de Justiça e Paz” torna invisíveis as relações de poder que submetem as vítimas do conflito à vontade e à percepção dos atores armados. Ou seja, reproduzem os padrões de gênero, raça e civilização que historicamente concederam privilégios a determinados atores políticos, invisibilizando e instrumentalizando a maioria dos colombianos.

La llamada Ley de Justicia y Paz propicia la impunidad y desconoce los derechos de las víctimas a la verdad, la justicia y la reparación. Impide establecer la verdad, entendida como hechos reales ocurridos, porque el procedimiento legal se limita a construir una verdad procesal a partir de lo que el desmovilizado decida contar. No existe acceso a la justicia para las víctimas porque éstas no pueden participar como sujetos procesales solicitando pruebas, contradiciendo aquellas que se tengan, contra

internacional e os mecanismos punitivos concretos para lidar com os crimes previstos no Estatuto, inclusive os sexuais.

interrogando, pidiendo garantías para el debido proceso, etc. El derecho a la reparación no es integral, se reduce al aspecto económico de lo que el gobierno decida asignar del fondo a donde van a parar los bienes que el desmovilizado por su propia voluntad denuncie que ha hurtado (Mesa de Trabajo Mujer y Conflicto Armado, 2005, p.46-47).

6.3.2. A Lei de “Justiça e Paz” e as fronteiras políticas na Colômbia:

A “Lei de Justiça e Paz” é o marco jurídico estabelecido pelo governo Uribe para negociar o desarmamento, desmobilização e reinserção dos grupos paramilitares. Como parte da estratégia de legitimação e politização do paramilitarismo, as Autodefesas Unidas da Colômbia, ainda sob o comando de Carlos Castaño, iniciam conversas de paz com o governo colombiano no final de 2002. Tais conversas são sintetizadas pelo Decreto 128, que regulamenta a Lei 782/2002 sobre acordos com grupos armados. As conversas avançam e, em 2005, o governo aprova a Lei 975, que dispõe sobre as condições específicas de desmobilização dos grupos paramilitares, individual e coletivamente. Interessante observar que o governo “linha dura” (que afirmava não negociar com “terroristas”) e o grupo paramilitar (que defendia o uso de quaisquer meios, inclusive e principalmente a violação dos direitos humanos, para eliminar os subversivos que ameaçam a ordem na Colômbia) alcançam um consenso sem muitas dificuldades. Tal iniciativa desperta a desconfiança de diversos setores da sociedade colombiana, que percebem na “Lei de Justiça e Paz” um mecanismo de legalização e consolidação do paramilitarismo. O acordo entre paramilitares e governo responde aos objetivos militaristas dos dois lados. Para o governo colombiano, significa uma possibilidade de responder às pressões internacionais para uma saída negociada para o conflito político. Ou seja, é uma maneira de o governo colombiano mostrar que não é incondicionalmente contrário ao diálogo com os grupos armados, mas que tal diálogo pressupõe a submissão dos grupos políticos armados às regras estabelecidas pelo governo “democraticamente” eleito. Ao mesmo tempo, essa aproximação legalizada entre paramilitares e governo pretende afrontar aos grupos guerrilheiros, que denunciam o paramilitarismo como uma política de terror de Estado contra a resistência política. Desse modo, a negociação com os paramilitares tem como objetivo enfraquecer politicamente, tanto no âmbito nacional quanto

internacional, as FARC e o ELN. Para as AUC, as negociações significam mais uma oportunidade de reforçar sua legitimidade política, processo iniciado pelos discursos de Carlos Castaño, que culminam com a reunião dos grupos paramilitares em 1996. Assim, os paramilitares se equiparam aos grupos insurgentes, sendo reconhecidos como criminosos políticos e se beneficiando do tratamento privilegiado. A “Lei de Justiça e Paz” reconhece formalmente a politização dos grupos paramilitares ao determinar, no seu artigo 71, a mudança do Código Penal colombiano para incluir, no artigo 468, o crime de “sedição”, insurgência contra a ordem constitucional e legal praticada por guerrilheiros ou paramilitares, cuja pena é menor que o delito comum de agrupamento para delinquência.

El proceso de negociación y desmovilización no apunta al desmonte de esta estructura paramilitar, por el contrario, la legitima a nivel regional y nacional al reconocerle a este grupo armado carácter de grupo sedicioso y otorgar a sus integrantes el estatus político necesario para recibir tratamientos especiales en términos de indulto, amnistía y participación política. Además, porque no garantiza a las víctimas y a la sociedad el derecho a la verdad, justicia y reparación; mantiene la impunidad frente a los crímenes cometidos por paramilitares, y no genera condiciones para que estos hechos no se repitan (Mesa de Trabajo Mujer y Conflicto Armado, 2005, p. 21).

Para as mulheres, a “Lei de Justiça e Paz” gera efeitos contraditórios, que evidenciam o longo caminho ainda a percorrer na tarefa de transformar a dimensão de gênero da cultura da violência. As organizações de mulheres, nacionais e internacionais, unanimemente desaprovam o texto da lei por considerá-lo uma afronta aos instrumentos internacionais sobre segurança das mulheres, bem como uma desconsideração de todo trabalho de documentação e análise dos impactos do conflito armado na vida das mulheres que vem sendo realizado pelas organizações colombianas e agências internacionais. O trabalho de incidência das organizações de mulheres, especialmente a “Iniciativa de Mujeres por la Paz”, junto ao Congresso colombiano alcança incluir um artigo na lei, que determina a consideração das necessidades especiais das mulheres no processo de desmobilização. “Tanto los órganos judiciales como las entidades de apoyo técnico y la Procuraduría Judicial para la Justicia y la Paz, tendrán en cuenta las necesidades especiales de las mujeres, de las niñas, niños, personas mayores de edad o con discapacidad que participen en el proceso” (artigo 41, da Lei 975, de 2005). Todavia, o processo de desmobilização paramilitar tem se

dado à revelia das necessidades das mulheres, que apenas são incluídas como parte do núcleo familiar dos desmobilizados. As versões livres dos paramilitares desconsideram os crimes sexuais praticados no contexto de conflito e a justiça colombiana se nega a apurar a responsabilidade dos desmobilizados em crimes contra os direitos humanos das mulheres. O contexto de medo pela ausência de garantias às testemunhas e vítimas reforça a impunidade e dificulta para as mulheres o acesso à justiça e à reparação.

La ley de Justicia y Paz, presentada al Congreso por iniciativa gubernamental en el marco de la política de seguridad democrática, tiene como objetivo exclusivo la desmovilización individual o colectiva, sin que su aplicación afecte la estructura del paramilitarismo en el país e ilustra la concepción limitada que sobre la seguridad tiene el ejecutivo. Refleja también la creciente militarización de la sociedad colombiana, que el gobierno plantea como estrategia para una supuesta lucha antiterrorista, e ignora la existencia e interrelación de factores que impiden el logro de la paz, tales como la dinámica ascendente de copamiento de espacios políticos y económicos por parte del binomio narcotráfico y señores de la guerra, el tráfico de armas, o aquellos que impiden una vida segura: la impunidad, la desigualdad y la discriminación y la corrupción. Esta ley carece de un marco legal integral garantista de los derechos a la verdad, la justicia y la reparación para las víctimas en general, y es insuficiente en relación con las necesidades particulares de las mujeres en temas como la protección de víctimas y testigos, y los delitos de violencia sexual (Mesa de Trabajo Mujer y Conflicto Armado, 2005, p.36-37).

Para as organizações de mulheres, o contexto de impunidade e ameaça impõe uma cultura do medo que leva as pessoas a não denunciarem o que se passa. O poder paramilitar consolida, nos seus espaços de atuação, uma política de terror que hoje se permite até dispensar alguma presença armada. O poder paramilitar decorre do controle da economia, da organização social, da participação política e das idéias presentes nas regiões em que atuam os blocos de autodefesas. Assim, o poder se exerce sobre os corpos, mas também sobre as mentalidades. O paramilitarismo é uma estrutura violenta de exercício do poder em regiões em que o Estado colombiano e seus mecanismos de justiça não estão presentes. Sua dinâmica de consolidação é a imposição da autoridade através de uma relação ambígua com população local: “la aplicación de castigos a la población para reducirla y la posterior entrega de premios o dádivas para conquistar sus voluntades y demostrar aparentes solidariedades” (Mesa de Trabajo Mujer y Conflicto Armado, 2005, p. 19). Por tal contexto, as organizações que resistem à autoridade dos grupos armados e a população das

regiões sob controle paramilitar são cépticas em relação à capacidade da “Lei de Justiça e Paz” destituir o poder das AUC. Algumas apontam inclusive para o fortalecimento do aparato coercivo paramilitar diante do aval expresso e aberto concedido a esses grupos pelas autoridades executivas e judiciárias colombianas. São os líderes paramilitares que detém o monopólio da verdade e que determinam o que deve ou não ser apresentado como crime no contexto de desmobilização, de acordo com o processo que se estabelece na Colômbia. As vítimas e as testemunhas dos crimes cometidos nos territórios controlados pelos paramilitares não percebem o Estado como um agente de segurança comprometido com a proteção das vítimas e a reparação dos crimes cometidos contra a população civil. Por não confiarem que a justiça colombiana de fato transforme o contexto de violência e repressão imposto pelos paramilitares, a maioria das pessoas se cala e prefere não se envolver com o processo de desmobilização dos blocos da AUC. Sabem que os paramilitares permanecem na posse das terras que ocuparam; que continuam a cobrar “imposto” dos comerciantes locais em troca de “proteção”; que mantêm as regras de comportamento e convivência; e que continuam a praticar violência contra os que pensam e agem diferente do que determinam as lideranças do grupo. Dessa forma, o controle e o poder paramilitar se não se reduz às armas, uniformes e gritos de guerra. Ele se exerce nas relações cotidianas estabelecidas entre pessoas que aprenderam a temer serem e sentirem diferente do que determina o poder masculino militarizado. A ideologia militarista, através das representações de gênero, raça e civilização que a constituem, se impõe para além da sua realização material, legitimando o silêncio e o esquecimento como modelo de relação entre colombianas e colombianos. Para os paramilitares, as mulheres não são sujeitas do contexto político colombiano, mas instrumentos de satisfação das necessidades sexuais e domésticas masculinas e de afronta da masculinidade inimiga. Portanto, não é surpreendente que elas sejam ignoradas ou ridicularizadas nas versões livres paramilitares. O processo de desmobilização paramilitar, desse modo, confronta os dispositivos internacionais sobre segurança das mulheres ratificados pelo Estado colombiano. Em especial, o texto da Resolução 1325 convoca o Estado que negocia a paz a incorporar as demandas específicas das mulheres e a garantir a

punição dos responsáveis pela violação dos direitos humanos das mulheres. O Conselho de Segurança da ONU:

Calls on all actors involved, when negotiating and implementing peace agreements, to adopt a gender perspective, including, inter alia: (a) **The special needs of women** and girls during repatriation and resettlement and for rehabilitation, **reintegration** and post-conflict reconstruction; (b) Measures that support local women's peace initiatives and indigenous processes for conflict resolution, and that involve women in all of the implementation mechanisms of the peace agreements; (c) **Measures that ensure the protection of and respect for human rights of women and girls**, particularly as they relate to the constitution, the electoral system, the police and the judiciary; **calls upon all parties to armed conflict to respect fully international law applicable to the rights and protection of women and girls as civilians**, in particular the obligations applicable to them under the Geneva Conventions of 1949 and the Additional Protocols thereto of 1977, the Refugee Convention of 1951 and the Protocol thereto of 1967, the Convention Security Council - 5 - Press Release SC/6942 4213th Meeting (PM) 31 October 2000 on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women of 1979 and the Optional Protocol thereto of 1999 and the United Nations Convention on the Rights of the Child of 1989 and the two Optional Protocols thereto of 25 May 2000, and to **bear in mind the relevant provisions of the Rome Statute of the International Criminal Court**; emphasizes **the responsibility of all States to put an end to impunity and to prosecute those responsible for genocide, crimes against humanity, war crimes including those relating to sexual violence against women and girls, and in this regard, stresses the need to exclude these crimes, where feasible from amnesty provisions** (grifos nossos) (Resolução 1325, 2000, itens 8, 9 e 11).

A contradição entre o processo de desmobilização paramilitar em curso na Colômbia e os documentos internacionais de proteção dos direitos humanos das mulheres em situação de conflito armado é o espaço de incidência das organizações de mulheres na Colômbia. A “Lei de Justiça e Paz” concentra os esforços de todas as organizações de mulheres pela paz na Colômbia, inclusive da “Ruta Pacífica de Mujeres” e da “Iniciativa de Mujeres por la Paz”. Desde a sua aprovação em 2005, as organizações têm investido no reconhecimento do direito das mulheres à verdade, justiça e reparação. Essas três dimensões do processo de paz, expressas no texto da “Lei de Justiça e Paz”, não se realizam no contexto atual do processo de desmobilização paramilitar para as mulheres vítimas desses grupos. Dessa forma, os impactos do processo de desmobilização paramilitar na vida das mulheres se torna um tema prioritário da agenda das mulheres pela paz.

Em termos de incidência no processo de construção e aplicação da “Lei de Justiça e Paz”, a “Iniciativa de Mujeres por la Paz” merece destaque. O grupo decide incidir diretamente no processo e participar do seu desenvolvimento a partir de uma posição crítica à marginalização das necessidades e propostas das mulheres no referido processo. Para tanto, apresenta-se como uma voz das mulheres dentro do processo de desmobilização e reinserção paramilitar. A “Iniciativa de Mujeres por la Paz” acredita que o processo de desmobilização e reintegração paramilitar é um espaço político que as mulheres não podem ignorar, sob o perigo de se virem mais uma vez à margem das negociações de paz. Para a IMP, pior do que participar de um processo imperfeito e que privilegia os interesses dos grupos paramilitares é não estar presente nas mesas de discussão e nos espaços de poder. Portanto, a organização aposta na participação em um espaço que invisibiliza a agenda das mulheres pela paz e paga o preço de se ver isolada das demais organizações de mulheres, para quem a “Lei de Justiça e Paz” distancia ainda mais os colombianos do que o movimento de mulheres entende por paz.

Reconhecemos no movimento de mulheres que o processo com os paramilitares iniciado em 2003 não é um processo de paz, mas sim de desmobilização e reincorporação. Diante desse processo surgiu um grande debate que persiste até hoje na IMP. Organizamos uma Mesa Nacional de Incidência em que decidimos estar dentro do processo, ainda que não participando dele. Recebemos muitas críticas do movimento de mulheres, em especial quanto ao fato de estarmos dialogando com o governo; que isso era legitimar esse processo de desmobilização de paramilitares. De todo modo, decidimos incidir no processo e conseguimos incluir referências ao tratamento diferenciado das mulheres nos processos de paz e à inclusão das mulheres na Comissão de Reparação e Reconciliação no texto final da Lei de Justiça e Paz. Essa posição nos afastou de alguns setores do movimento de mulheres. Concordávamos com a agenda da Constituinte, mas não com as ações a serem tomadas para alcançar os objetivos. O nosso acordo com o movimento de mulheres não incluía trabalhar juntas. Seguimos então o nosso caminho à parte. Incidimos na Corte Constitucional e conseguimos melhorar a Lei de Justiça e Paz, incluindo a participação das vítimas no processo, a reparação dos crimes e fazendo cair o crime de sedição (Buriticá, 2007) ¹⁹⁶.

A IMP atua especialmente na defesa dos direitos das vítimas do conflito armado, no âmbito da negociação entre governo e AUC. Pretende que o Estado enfoque os mecanismos de estabelecimento da verdade e de reparação integral em favor das vítimas do conflito. Dessa forma, toma o Estado

¹⁹⁶Patricia Buriticá, membro da Iniciativa de Mulheres pela Paz e da Comissão Nacional De Reparação e Reconciliação, em entrevista concedida em agosto de 2007.

colombiano como um espaço de transformação das relações violentas e utiliza seu aparato para impedir que o processo de desmobilização desconsidere os direitos das vítimas a um processo transparente, justo e que contemple as necessidades materiais e simbólicas daquelas que têm suas vidas perpassadas por atos violentos praticados pelos paramilitares. É esse o conteúdo do Pacto Nacional, de junho de 2006, em que as participantes da “Iniciativa de Mujeres por la Paz” definem estratégias de incidência no Congresso colombiano e nas instâncias de tomada de decisão sobre a paz e o fim do conflito armado. Ou seja, rejeitam a visão de reconciliação que passa pela satisfação dos interesses dos atores armados, reclamando um processo de visibilização das demandas das vítimas do conflito. A IMP entende que, enquanto as vítimas não forem percebidas como o ponto de partida para a negociação, a paz (entendida como um novo modelo relação entre os diferentes atores políticos na Colômbia) não será mais que um discurso usado pelo Estado para incluir alguns grupos políticos específicos e marginalizar outros. Portanto, a construção da paz para todos os colombianos passa pela criação de um contexto transicional que inclua tribunais independentes, em que sejam garantidas a apuração, a condenação e a punição dos responsáveis pelos crimes contra a humanidade praticados no contexto do confronto armado colombiano:

Como mayoritarias víctimas sobrevivientes nos oponemos a que en este proceso tenga cabida la impunidad. El perdón y olvido son inaceptables para nosotras desde el punto de vista ético. Sólo con la verdad sobre los crímenes de lesa humanidad y los crímenes de guerra cometidos contra mujeres y hombres, lo mismo que sobre los daños y la apropiación ilegal de sus bienes, los castigos ejemplarizantes de los responsables y la reparación individual y colectiva, real y simbólica, se podrán lograr verdaderos procesos de la Reconciliación a la que todas aspiramos (www.mujeresporlapaz.org).

Um desdobramento da participação política da IMP nas negociações entre o governo colombiano e AUC é a indicação de uma representante para a Comissão Nacional de Reparação e Reconciliação (CNRR). A Comissão é criada no início de 2006, por pressão do movimento de vítimas para que o dispositivo da “Lei de Justiça e Paz” sobre acesso das vítimas à justiça e a mecanismos de reparação fosse implementado no processo de reintegração paramilitar. O artigo 50 da Lei 975/2005 estabelece expressamente que se crie uma Comissão Nacional de Reparação e Reconciliação, cujos integrantes sejam

membros do executivo e judiciário nacionais (seis), dois representantes do movimento de vítimas do conflito armado, além de mais cinco “personalidades” designadas diretamente pelo Presidente da República. A IMP consegue incluir uma ressalva à representatividade das mulheres nessa Comissão, “el Presidente de la República designará como integrantes de esta Comisión a cinco personalidades, dos de las cuales, al menos, deben ser mujeres” (Lei 975/2005, art.50). A inclusão das mulheres no processo por intermédio de indicação presidencial gera uma fratura no movimento de mulheres. A representação das mulheres não é definida pelo movimento de mulheres, mas por determinação da Presidência da República. Tal fato significa o afastamento da IMP das demais organizações de mulheres colombianas, quando Patrícia Buriticá Céspedes é designada por Uribe como representante do movimento de mulheres na CNRR¹⁹⁷.

A partir daí a IMP é alvo de muitas críticas de outros setores do movimento de mulheres, inclusive e principalmente da “Ruta Pacífica de Mujeres”. A participação da IMP no processo de elaboração e implementação da “Lei de Justiça e Paz” é percebida como uma estratégia de legitimação da política de segurança do governo colombiano. Portanto, a Ruta e demais organizações de mulheres declaram que não se vêem representadas pela presença de Patrícia Buriticá na Comissão e que não estão incluídas no processo de desmobilização e reintegração paramilitar. Na visão da Ruta e de outros setores do movimento de mulheres, o governo Uribe utiliza a presença de uma organização de mulheres como instrumento de legitimação do seu programa de legalização do paramilitarismo, desconsiderando as implicações concretas desse processo para as múltiplas violências que as mulheres sofreram e continuam a sofrer nas regiões controladas pelos grupos paramilitares. Ou seja, para a Ruta o processo de negociação para a construção da paz não pode ser incondicional, mas deve ser construído a partir da independência em relação a todos os atores armados, dentre os quais o Estado colombiano:

Bueno, siempre habla de la necesidad de la solución negociada al conflicto armado por lo tanto apoya todas las negociaciones con actores armados insurgentes. En las negociaciones con las autodefensas por ejemplo si ha

¹⁹⁷ A outra mulher indicada foi Ana Teresa Bernal, de uma rede mista pela paz (REDEPAZ).

tomado distancia y decidió no participar reconociendo que ahí no había negociación, que no se trata de un actor armado distinto al estado. Entonces ahí decidimos no participar. En esas negociaciones, por ejemplo, participó la IMP, que es otra iniciativa de mujeres. IMP y Ruta son dos vertientes. Hay encuentros en algunas cosas pero hay diferencias políticas, por ejemplo, ese asunto de participar en las negociaciones fue un hecho de distanciamiento también; sobre el reconocimiento de actores, reconocimiento de las causas del conflicto. La Ruta se sostiene en la idea de que las causas del conflicto son estructurales, que la guerra no es un asunto coyuntural, que hay intereses económicos, políticos, financieros. IMP, por ejemplo, yo diría que tiene menos restricciones para las negociaciones. Entonces están convencidas de que es importante negociar en todo caso aunque se trate de actores con las características de las autodefensas por ejemplo y eso también es muy valioso para las mujeres. Ellas están convencidas de que eso hay que hacerlo, porque si no participamos ahora, no participamos nunca, porque luego no se va a volver a abrir otra negociación para que participen las mujeres, por ejemplo. Es difícil el diálogo. En algunas cosas, nos hemos articulado. Por ejemplo en la política nacional de equidad para la mujer, política pública. Ahí ha habido encuentros pero en general hay distancias. Son dos vertientes del movimiento, son dos expresiones (Berrio, 2007)¹⁹⁸.

A decisão de participar, através de uma representante, da CNRR leva também a uma crise interna na IMP. O ponto mais controverso dessa participação no processo de desmobilização e reintegração diz respeito à cooptação do movimento de mulheres pela dinâmica da Comissão, que tem representado uma extensão da voz governamental sobre o conflito armado e as possibilidades de reconciliação. Ou seja, a CNRR não é um espaço aberto para a articulação de diferentes setores, mas um órgão governamental de propaganda da política de “segurança democrática” uribista, da qual as mulheres não fazem parte. As críticas mais contundentes à representação da IMP na Comissão são sobre a omissão da comissão em se posicionar sobre as declarações do Presidente Uribe acerca os sucessos das versões livres e dos programas de reinserção de desmobilizados. Desse modo, a representação das mulheres na CNRR acaba por reproduzir o que as mulheres mais criticam no processo de desmobilização paramilitar: a política do silêncio e do esquecimento. O silêncio sobre o que acontece com as mulheres nos espaços de reintegração de paramilitares desmobilizados e com as vítimas que testemunham nos processos contra os líderes da AUC. E o esquecimento do papel crítico do movimento de mulheres dentro da Comissão. Alguns coletivos de mulheres que compõem a IMP passam a questionar a presença na CNRR e a pedir a retirada de Patrícia Buriticá da Comissão.

¹⁹⁸Membro da “Ruta Pacífica de Mujeres”, em entrevista realizada em agosto de 2007.

Algunas decisiones de orden político, relativas a la incidencia de la Alianza, se vieron retardadas por la discusión sobre democracia interna, entre ellas la fundamental tenía que ver con la presencia de una representante nuestra en la Comisión Nacional de Reparación y Reconciliación, CNRR. Dicha presencia siempre la **condicionamos** a una real incidencia, a la correlación de fuerzas favorable a la sociedad civil al interior de esa instancia, al logro de objetivos propuestos, al posicionamiento crítico de nuestra Comisionada, a la retroalimentación por parte del conjunto de organizaciones sobre su accionar, a su permanente rendición de cuentas, a la posibilidad de visibilizar una voz crítica colectiva de la Alianza frente a este organismo, a la aplicación de la Ley de Justicia y Paz a favor de las víctimas, y por supuesto, a los cambios en el contexto del país. Las visiones, debates y discusiones sobre la presencia o no de la Comisionada en la CNRR, permitieron poner de presente las distintas concepciones de las organizaciones y sectores de IMP frente a la caracterización del gobierno de Álvaro Uribe Vélez, el accionar de las organizaciones de mujeres en el actual contexto, las apuestas de sociedad en el presente y a futuro, y los requerimientos en materia de verdad, justicia y reparación (Setores da IMP, 2007)¹⁹⁹.

Em resposta às pressões para que a comissionada se posicionasse criticamente em representação da IMP, no ano de 2007, a partir das festividades do oito de março, a equipe da IMP que trabalha junto à Comissão decide investir na elaboração de um Plano de Proteção a Vítimas que é apresentado ao governo, às organizações internacionais, ao Ministério Público, às organizações de direitos humanos e ao Ministério do Interior. O Plano reúne 5000 assinaturas de cidadãos suecos, recolhidas pelo Sindicato dos Trabalhadores Estatais da Suécia, financiadores da IMP. Em julho de 2007, diante da inércia do Estado colombiano, a equipe da Comissionada Patricia Buriticá ingressa com Tutela (instrumento jurídico do direito colombiano que permite ao cidadão acionar o Estado, obrigando-o a cumprir com uma garantia constitucional que está sendo violada) em favor do direito das vítimas à proteção no contexto da aplicação da Lei 975/2005.

Atualmente temos nos concentrado no trabalho com as mulheres vítimas. Chamamos atenção para o que ocorreu com Yolanda Izquierdo, que foi a primeira vítima a participar das versões livres do processo de desmobilização paramilitar. Ela estava ameaçada e assistiu à versão livre de Mancuso. Foi morta em 07 de fevereiro de 2007, em Montería. No dia 30 de julho (desse ano), apresentamos uma Tutela, em nome de 15 mulheres (representando 1033 do movimento de vítimas) vítimas de diferentes regiões, que participam

¹⁹⁹Declaración Publica Frente a la Disolución de la Alianza Iniciativa de Mujeres Colombianas por la Paz, suscrita por setores da IMP em 12 de agosto de 2007.

das versões livres para obrigar a elaboração de um Plano de Proteção às Vítimas na execução da Lei Justiça e Paz. Em 15 de agosto, o Tribunal reconhece nosso pedido, tutelando o direito à integridade das vítimas. Isso na prática obriga o Estado colombiano à elaboração de um Plano de Proteção às Vítimas que se apresente no processo de paz no prazo de 30 dias. A Tutela não é da Comissão, é da IMP. É uma pena que o Estado colombiano seja obrigado a fazer um Plano de Proteção às vítimas; que não tenha reconhecido como prioridade assegurar a integridade física das vítimas. As versões livres começaram em 2006 e até esse momento nenhuma medida de proteção às vítimas tinha sido proposta pelo governo. Se o Estado não cumprir sua obrigação, vamos acioná-lo nos fóruns internacionais para que faça sua parte para diminuir o cenário de insegurança que vivenciam as vítimas. Por isso, pedimos aos meios de comunicação que pressionem o governo²⁰⁰ (Buriticá, 2007).

A omissão da representação da IMP junto à CNRR é negada pela comissionada Patricia Buriticá, que nos conta sobre as diversas estratégias que seu grupo desenvolve junto a organismos nacionais e internacionais. Segundo ela, o trabalho que realiza na Comissão está centrado na visibilização das violências que as mulheres vêm sofrendo nas regiões em que houve desmobilização dos grupos paramilitares e na garantia da proteção das testemunhas nas versões livres dos líderes das AUC. Tal compromisso se realiza pela divulgação na imprensa da posição da IMP e do movimento de mulheres frente ao processo de desmobilização, bem como pela utilização dos mecanismos jurídicos que o Estado colombiano disponibiliza para garantia de direitos. O exemplo mais importante do sucesso das estratégias implementadas pela IMP junto à Comissão, segundo a comissionada, é a Tutela que obriga o Estado colombiano a por em prática um plano de proteção às vítimas e testemunhas como condição para que a “Lei de Justiça e Paz” continue a ser implementada. Trata-se de uma demonstração da capacidade das mulheres organizadas de fazerem diferença nos processos políticos colombianos quando têm acesso aos instrumentos de poder:

El Tribunal de Cundinamarca falló una tutela que obliga al estado colombiano en cabeza del ministerio del Interior y de Justicia y de la Fiscalía General de la Nación a que en un plazo no menor a 30 días a partir del 13 de agosto del presente año, DISEÑEN, IMPLEMENTEN Y EJECUTEN un programa de protección a víctimas y testigos de la ley de justicia y paz. La Tutela fue presentada el 30 de junio de este año, por la Alianza Iniciativa de Mujeres Colombianas por la Paz – IMP, en cabeza de su directora Patricia Buriticá Céspedes y a su vez Comisionada de la CNRR, en cumplimiento de sus funciones en referencia a la garantía del derecho a las víctimas. En la tutela

²⁰⁰ Em entrevista realizada em agosto de 2007.

se invocan el derecho a la vida, el acceso a la justicia y la seguridad personal y la urgencia de que el Estado colombiano establezca un Plan Nacional de Protección a Víctimas en el marco de la ley de justicia y paz. La tutela se presentó ante hechos lamentables ocurridos a comienzos de este año, como los asesinatos de Yolanda Izquierdo en Montería y Carmen Cecilia Santana Romaña en Apartadó víctimas de los paramilitares y adelantaban gestiones ante la justicia en la exigencia de sus derechos a la verdad, a la justicia y a la reparación en el marco de la ley de Justicia y Paz. A la fecha han sido asesinadas 13 personas que adelantaban proceso de reclamación de derechos en el marco de ésta ley (IMP, 2007)²⁰¹.

Na ocasião em que estivemos no escritório de Patrícia Buriticá (por coincidência no dia em que ela divulgava a concessão da tutela aos meios de comunicação) presenciamos em seu discurso à imprensa uma posição crítica ao governo colombiano, acusando-o de não ter vontade política de proteger as vítimas que participam do processo. A Comissionada afirmou que lamentava ser necessário acionar a justiça para que o Estado cumprisse sua obrigação de garantir a segurança das colombianas e dos colombianos desarmados. Destacou que a “parapolítica” (a relação entre governo e paramilitares) continua a ser uma das principais ameaças à segurança das mulheres e da maioria dos colombianos. Requereu que o governo se comprometesse com a não repetição da violência pelos paramilitares e que deslocasse recursos para a participação das vítimas no processo. Ou seja, o discurso público de Patrícia Buriticá foi coerente com as críticas e posicionamentos da IMP e dos demais setores do movimento de mulheres sobre o processo de desmobilização paramilitar:

O que queremos é um plano de proteção com enfoque na prevenção, na investigação das ameaças; garantir mecanismos que possam assegurar a não repetição dos fatos; manter a dignidade das pessoas durante o processo. Não entendemos proteção como ter um guarda privado para cada vítima, mas um caminho na resolução do conflito; um passo para paz, em que as vítimas tenham possibilidades de viver sem ameaças. Deve-se combater a parapolítica para que os desmobilizados não voltem a atuar. O processo deve ser de inteligência: investigação, punição e criação de mecanismos para que o processo não se repita. É preciso afastar os funcionários envolvidos com a 'parapolítica'. Muitos desmobilizados não estão dizendo a verdade; é obrigação de o governo tomar medidas para que essas questões sejam resolvidas. O problema nesse país é que se assumir como vítima significa se fazer mais vítima. É um absurdo que o Estado que se diz de direito e democrático necessite uma tutela da parte das vítimas para se fazerem protegidas, para terem sua cidadania e seus direitos reconhecidos. Falta vontade política ao governo nacional para ouvir as vítimas; dão todas as vantagens aos vitimários; põe todos os recursos na reincorporação dos

²⁰¹Comunicado de Imprensa, disponibilizado por Patrícia Buriticá, em nome da IMP, em 23 de agosto de 2007.

desmobilizados e nada para as vítimas. Creio que o balanço tem que ser diferente. Antes de por em prática as versões livres, o governo já devia ter elaborado um plano de proteção às vítimas. Foi irresponsabilidade do Estado (Buriticá, 2007)²⁰².

A concessão da Tutela em favor da elaboração de um Plano de Proteção das vítimas não atenua a crise dentro da IMP. Alguns dias após a aparição de Patricia Buriticá na mídia para apresentar a Tutela contra o Estado colombiano como uma vitória da IMP, alguns setores que compõem a organização de mulheres divulgam uma declaração pública frente à dissolução da “Iniciativa de Mujeres por la Paz”. Nesse documento, destacam as diferenças de posição entre setores dentro da IMP e afirmam que a construção da paz não implica em participar de qualquer espaço e em pagar qualquer preço. Declaram que a não democracia interna é um obstáculo à construção política coletiva das mulheres, que impede a legitimação da representação da organização. Chamam atenção para as disputas internas por poder e recursos que geram polarizações e conflitos que inviabilizam a construção e a realização de plataformas comuns. Ou seja, os setores dentro da IMP percebem as diferenças como projetos inconciliáveis, para as quais a única saída é a destruição de um processo coletivo, cujo objetivo era transformar a cultura da violência na Colômbia.

Después de seis años de trabajo conjunto, distintos acontecimientos demostraron dificultades insalvables frente a: el ejercicio de la representación pública de la Alianza, concepciones de incidencia y posturas políticas, el proceso de profundización de la democracia a nuestro interior como resultado de la puesta en marcha de reglas y procedimientos democráticos contruidos y convalidados por todas las mujeres de las regiones y sectores de IMP, y la imposibilidad de hacer efectiva la democratización en el acceso a los recursos económicos y la administración del proyecto. (...) Desde nuestro punto de vista fue evidente de nuevo el uso indebido del poder político que da la dirección y coordinación de la Alianza, así como la administración de los recursos económicos del proceso, en acciones, que con dolor, vemos como clientelistas y las cuales consideramos limitan la libertad de expresión y decisión de compañeras de las regiones.(...) Precisamente porque consideramos que la paz no se consigue a cualquier costo y que debemos tener una propuesta de país que contribuya a la equidad, al cese de la explotación y discriminación y a la construcción de un proyecto nacional sin desigualdades sociales, con equidad de género y realmente democrático,

²⁰²Em entrevista realizada em agosto de 2007.

tuvimos que disolver la Alianza IMP lo cual se hizo por consenso, dado que los puntos en común cada vez eran más escasos (Setores da IMP, 2007)²⁰³.

6.3.3. As seduções do poder – a busca da saída negociada para os conflitos entre as organizações de mulheres:

A crise interna da IMP ilustra alguns dilemas que vivem as mulheres organizadas em diversos contextos políticos. A Colômbia é um espaço político contraditório em que, não obstante o conflito prolongado e as cíclicas crises econômicas, se realizam as principais dimensões do poder político contemporâneo: capacidade militar, mercado e visibilidade. Conforme argumentamos no segundo capítulo, a co-constituição entre a política internacional e a política colombiana é um traço permanente desde o sonho de independência de Bolívar. Todavia, o pós Guerra Fria e a “nova” agenda de segurança internacional (que “securitizou” temas como narcotráfico, pobreza, conflito político interno, violações de direitos humanos) tornam a Colômbia especialmente atraente para os atores internacionais. Diferente do que ocorre em outros espaços identificados como ameaças à “nova ordem internacional”, a Colômbia em grande medida reflete os valores e o modo de organização que os Estados dominantes e os organismos internacionais reconhecem como espaço político. Ou seja, não há um problema de linguagem, de concepção política, que dificulte a interação entre a Colômbia (aqui me refiro tanto ao Estado, quanto às organizações da sociedade civil e mesmo as organizações armadas) e os diferentes atores internacionais. Não surpreende a Colômbia ser concebida como um palco onde se realizam os conflitos discursivos internacionais. A Colômbia desde o século XIX é o espaço híbrido, em que simultaneamente se articulam discursos e práticas lidos como modernos e conservadores; civilizados e bárbaros; democráticos e autoritários. Dessa forma, é o lugar em que cabem diversos mecanismos de realização da política internacional. Encontram-se na Colômbia expressões muito fortes do militarismo (inversões diretas para fortalecer o aparato militar contra o terrorismo e o narcotráfico; rotas de tráfico de armas) e algumas das iniciativas mais inovadoras na promoção dos direitos humanos, impulsionadas muitas vezes pelas mulheres. De forma sistemática, aqueles que aglutinam recursos de poder, militares, financeiros ou simbólicos

²⁰³Declaración Pública Frente a la Disolución de la Alianza Inicial de Mujeres Colombianas por la Paz, suscrita por setores da IMP, em agosto de 2007.

têm privilegiado a estratégia de confrontação dessas diferenças, buscando impor um caminho único de realização da Colômbia como projeto político.

As organizações de mulheres não estão alheias a este processo e, embora em importante medida busquem problematizar a cultura política da violência, reproduzem em sua prática a impossibilidade de dialogar com o diferente. Ainda que as identidades políticas da IMP e da Ruta não sejam moldadas exclusivamente pelos interesses e significados internacionais, a dinâmica de atuação dessas organizações reflete as demandas dos organismos internacionais para financiamento e visibilização. Ou seja, ainda que entendam que o “poder” é uma prática cotidiana constituída por atributos associados à masculinidade hegemônica, as mulheres organizadas e individualmente têm tido dificuldade para realizar o poder de maneira distinta daquela que assistiram aos homens historicamente exercerem. A dificuldade se realiza mais no nível prático do que propriamente na capacidade de pensar um poder diferente. Especialmente nos textos da “Ruta Pacífica de Mujeres”, a idéia de que o poder envolve novas relações, novos contratos e diferentes compromissos que não privilegiem a violência como forma de resolução dos conflitos políticos está presente:

El ejercicio de una política en la que el diálogo y el reconocimiento del otro y la otra se privilegien sobre el uso de la fuerza y la violencia; por ello, continuaremos exigiendo una salida política negociada al conflicto armado colombiano y el derecho a la verdad, la justicia y la reparación, a la memoria y la garantía de no repetición con sentido para las mujeres. Vindicamos un modelo de justicia que tenga la pretensión de transformar las situaciones de subordinación y opresión por razón de sexo, raza, opción sexual o condición económica. Un modelo de justicia en el cual exista espacio para el reconocimiento de las voces y necesidades de las mujeres y en especial las voces de las mujeres víctimas de las guerras públicas y de las guerras privadas (Ruta Pacífica de Mujeres, 2006, p.16).

Uma das perguntas que se coloca a partir desse contexto é sobre os motivos que levam as organizações de mulheres, ou as mulheres individualmente que questionam os modelos de feminilidade e masculinidade, a não conseguirem romper com as estruturas dominantes de poder quando a oportunidade lhes é oferecida. Um dos obstáculos é a forma como o termo “gênero” é alçado aos espaços de poder e o impacto da perspectiva “gender

mainstreaming”²⁰⁴ na qualidade de atuação das organizações de mulheres nos espaços de tomada de decisão. A partir da idéia de que é necessário incluir a visão de “gênero” nos documentos e instituições internacionais a atuação das organizações de mulheres nos espaços internacionais e nacionais passou a se dar basicamente na forma de barganha ou, como preferem os movimentos sociais, *political advocacy*, cujo objetivo se concentra na inclusão da linguagem de gênero nos documentos políticos. Ou seja, cada vez que a palavra “gênero” ou o termo “mulher” (que nos textos normativos internacionais e nacionais são usados indistintamente como sinônimos) aparece em um relatório, uma resolução ou uma legislação, o movimento de mulheres derrota o “inimigo” identificado com todos aqueles que se opõem a tomar a perspectiva de gênero como sua ferramenta de compreensão do mundo. A inclusão formal da categoria gênero nos documentos políticos tem dois efeitos perversos para o objetivo de transformação das relações de gênero proposto pelas organizações de mulheres.

6.3.3.1. A sedução do dinheiro e da imagem:

O primeiro efeito perverso da constituição das organizações de mulheres como atoras políticas nos espaços tradicionais de poder se refere ao prestígio e ao financiamento. A inclusão do termo gênero e a demanda por proteção das mulheres por parte dos Estados e dos organismos internacionais levam as agências internacionais e alguns governos mais sensíveis à matéria (europeus em geral, em especial dos países nórdicos) a deslocarem recursos para as organizações de mulheres e para projetos políticos que visem promover a “equidade de gênero”. Esse movimento é parte da estratégia definida, no âmbito internacional, como fortalecimento²⁰⁵ da capacidade de organização e mobilização das mulheres para participarem dos espaços de tomada de decisão. Nesse contexto de aquecimento do mercado de organizações de mulheres e projetos de gênero, a competição entre organizações no nível local por visibilidade e recursos pode impulsionar a capacidade produtiva e o nível de

²⁰⁴ Conceito surgido da Conferência da ONU sobre mulher, em Beijing (1995). “Mainstreaming a gender perspective is the process of assessing the implications for men and women of any planned action, including legislation, policies or programs, in any area and at all levels” (<www.ilo.org/public/english/bureau/gender>). Na prática das organizações de mulheres, significa incluir referências explícitas à equidade de gênero em todos os documentos e espaços internacionais.

²⁰⁵ Refiro-me aqui ao objetivo denominado “empowerment”.

incidência das mulheres no âmbito doméstico. As organizações mais fortes, nesse contexto competitivo, são aquelas formadas exclusivamente por mulheres, de preferência que representem a diversidade étnica, geracional e social do espaço em que atuam, e que combinem iniciativas lúdicas e medidas concretas para incidência política (*political advocacy*). Quanto mais próximas desse modelo ideal proposto pelas agências internacionais estiverem os grupos locais, maior a sua chance de aceder a recursos, visibilidade e prêmios.

Ressalte-se que a visibilização, o apoio técnico e o suporte financeiro a organizações de mulheres é uma conquista do movimento de mulheres. Um dos frutos de ingressar nos espaços de poder é ter acesso a recursos dificilmente disponíveis quando se está de fora do jogo político. Portanto, o financiamento das organizações de mulheres no nível local pelas agências e fundações internacionais representa a abertura de novas possibilidades de ação, transformação e emancipação. Esse é o retrato das organizações de mulheres estudadas nesse trabalho. O destaque da “Ruta Pacífica de Mujeres” e da “Iniciativa de Mujeres por la Paz” é fruto desse contexto favorável de apoio internacional às “boas práticas” desde as mulheres em contexto de conflito e pobreza. Não que a história dessas organizações se escreva somente por conta e a partir do financiamento internacional, já que essas redes aglutinam grupos de mulheres que desempenharam um papel histórico na proteção e consolidação dos direitos humanos das mulheres. Todavia, quando o apoio internacional chega até essas mulheres, uma outra história começa a ser contada. Desde as condições logísticas, passando pela capacidade de incidir na mídia e nos espaços de tomada de decisão (fóruns internacionais, congresso nacional, ministérios e gabinetes executivos) e pela elaboração e divulgação de documentos, chegando até a organização de grandes eventos e mobilizações, a Ruta e a IMP diversificam e ampliam suas capacidades para agir politicamente.

Todavia, esse processo de profissionalização tem alguns custos. Dentro das redes, há diversos tipos de organizações (urbanas e rurais, acadêmicas e sindicais, técnicas e populares) que se unem em torno de um objetivo comum: a construção da paz a partir das mulheres. Contudo, quando o prestígio, a visibilidade e os recursos chegam, a partilha do bolo do poder se torna um

problema. A administração de recursos, o secretariado da rede e o processo interno de tomada de decisão são questionados frequentemente, uma vez que as agências financiadoras internacionais tendem a privilegiar o diálogo com os grupos mais urbanos e técnicos. Dessa forma, relações de poder internas são estabelecidas e a capacidade de articulação é prejudicada. Em geral, tanto a Ruta quanto à IMP têm conseguido resolver os conflitos internos sem afetar a imagem de unidade diante das agências financiadoras. Entretanto, a representatividade da diretiva das organizações diante dos organismos financiadores é questionada frequentemente, o que influencia o exercício de reflexão e mobilização coletiva no nível local.

De acordo com Ana Milena González²⁰⁶, o fato de a “Ruta Pacífica de Mujeres” ter muito reconhecimento internacional, mas pouca visibilidade na Colômbia, é preocupante. As participantes de Ruta admitem que há uma contradição entre o objetivo de transformar as relações violentas na Colômbia e o fato de seu projeto político ter pouco eco na vida cotidiana das mulheres e homens colombianos. Atribuem esse descompasso entre o que a Ruta é para os atores internacionais e o que ela é para o espaço político colombiano às suas conexões e esforços internacionais, bem como à postura tendenciosa da mídia local. É provável que esses fatores influenciem o pouco impacto da Ruta no nível local. Contudo, nem sempre a responsabilidade por não sermos vistas é de quem olha para nós. Muitas vezes, a maneira como nos apresentamos e a linguagem que utilizamos impede o outro de nos enxergar da forma que imaginamos ser. A responsabilidade em se tornar um canal de diálogo e participação das mulheres colombianas, em toda sua diversidade, é da Ruta. É mais fácil falar e propor com aquelas que já desenvolveram uma consciência comum sobre as implicações dos papéis de gênero na reprodução cotidiana da violência. Entretanto, à maioria das mulheres e homens colombianos é negada a oportunidade de pensar e agir diferente do que impõe a cultura dominante. A maioria não teve acesso aos bancos universitários, aos grupos de estudo político, aos espaços públicos urbanos e às mobilizações sociais, pela exclusão geográfica e econômica, pela cultura do medo e pelas estratégias de poder de grandes instituições como Igreja e Estado. É tarefa de a Ruta estabelecer pontes

²⁰⁶Em entrevista concedida em agosto de 2007.

entre a Colômbia que se pretende construir e a Colômbia em que as colombianas e colombianos vivem no ano de 2008:

Hay ejercicios de alianzas y relaciones sobre todo internacionales porque en el país la ruta ha sido poco reconocida a pesar de grandes esfuerzos; tiene más reconocimiento internacional que nacional. En España, bueno, en Europa. Como la Ruta está articulada a la red internacional de Mujeres de Negro, las relaciones de la Ruta con mujeres de negro en España en otros países de Europa y algunos de Asia, ha permitido que la Ruta sea más conocida afuera que acá. Bueno, lo otro es que a pesar de muchos esfuerzos, en los medios no es visible. Ayer decíamos, por ejemplo, que la Ruta ha hecho movilizaciones con tres mil mujeres, al Putumayo por ejemplo se movilizaron tres mil mujeres, y los medios de comunicación apenas si lo registraron una vez. Y decíamos de que un personaje como este Moncayo todos los días tiene tres minutos en cada noticiero; tres, cuatro minutos. Todos los días está en los noticieros. Pues, eso es un asunto desproporcionado, bueno obviamente hay intereses distintos pero una cosa, tres mil mujeres, veintisiete horas en un bus, es un hecho político, jurídico, eso tiene una dimensión inmensa. Sin embargo, no. Eso claramente habla del desinterés, porque nadie podría negar que eso sea un hecho noticioso, por ejemplo, pero hay desinterés (Berrio, 2007)²⁰⁷.

A IMP, diferente da Ruta, parece não ter problemas em moldar sua agenda política a partir do que as agências internacionais definem como prioridade. Pelo contrário, parecem à vontade com o fato de serem um mecanismo de internalização das políticas internacionais de segurança das mulheres. Constrói-se como um coletivo de operárias em favor da realização do pensamento global em favor das mulheres. Põe em prática o slogan “pense global, aja local”. Por tanto, recolhem recursos e elogios de diversas agências internacionais, tornando-se mais legítima frente aos tomadores de decisão. A paz, para a IMP, se constrói basicamente nos salões do poder:

Surgimos a partir da Convocatória do Sindicato dos Trabalhadores Estatais da Suécia e mantemos o apoio permanente da Suécia, além de receber ajuda também das agências de cooperação internacional da Suíça, da Holanda, dos EUA, do Canadá e da ONU (UNIFEM, ACNUR). Baseamos nosso trabalho em uma proposta para a paz; realizamos incidência nacional para o desenvolvimento da 1325. Em geral, temos sido a rede de mulheres que mais incide nas políticas de paz do país. A Ruta Pacífica é um movimento de resistência à guerra (...). Nós trabalhamos pela paz (Buriticá, 2007)²⁰⁸.

Não há qualquer problema em usar os documentos e espaços internacionais como referência para o trabalho no nível local. Nesse estudo, buscamos apresentar e exaltamos as iniciativas de articulação entre

²⁰⁷Em entrevista realizada em agosto de 2007.

²⁰⁸Em entrevista realizada em agosto de 2007.

internacional e local que surgem a partir das organizações de mulheres na Colômbia, especialmente através da “Mesa de Trabajo Mujer y Conflicto Armado”. Esperamos que alguns exemplos aqui destacados ajudem os leitores a refletirem sobre as possibilidades de construção da paz pela interação da sociedade civil, em diferentes níveis de tomada de decisão. Contudo, parece-nos fundamental destacar que a interação entre significados internacionais e iniciativas locais não é alheia ao poder. As escolhas realizadas em favor de conceitos específicos de paz e de gênero têm implicações políticas e filosóficas. O custo de submeter-se às visões internacionais instrumentais sobre gênero e paz pode limitar de tal forma as possibilidades de realização da identidade da organização no nível local que sua razão de ser perde o sentido. Investir na imagem pode ser um tratado de autodestruição. Quando “gênero” deixar de ser a palavra da moda nas políticas de ajuda internacional, as concretas e autênticas experiências de homens e mulheres contra a guerra serão a esperança da superação da violência como realidade política inescapável.

6.3.3.2. A sedução do lugar do poder:

O segundo e mais sutil efeito da entrada das organizações de mulheres nos espaços de poder diz respeito à percepção de vitória, sucesso e poder que fazer parte, incidir e modificar os resultados do processo político desperta nas mulheres. Ou seja, as mulheres estão presentes nos espaços públicos e não apenas como figuras decorativas, mas como sujeitas políticas sentadas nas mesmas mesas dos tomadores de decisão nacionais e internacionais. A sensação de que “o resultado do processo é diferente porque nós estivemos aqui” alimenta o imaginário de ruptura com a tradição de sujeito privado e inaugura novas possibilidades de realização para aquelas mulheres que se constituem como atoras políticas. Assim, existe de fato um movimento de transgressão do tradicional nessa participação feminina nos espaços de poder que abre caminhos para novas gerações de mulheres que não mais serão percebidas como estranhas aos lugares de poder. Existe um mérito nessa participação, transgressora de um processo histórico de exclusão das mulheres dos espaços políticos, que aqui não pretendemos contestar:

La emancipación de las mujeres y su camino hacia la conquista de su ciudadanía plena comienza con un esfuerzo consciente por desterrar los estereotipos femeninos – mujer=maternidad=intuición=emoción=sentimentalismo=abnegación – que han servido fundamentalmente para excluir lo femenino del mundo público en las democracias de Occidente. Un comienzo de superación de los estereotipos femeninos se alcanza cuando las mujeres transgreden fronteras y abren camino hacia espacios antes vedados a su presencia (Obregón, mai./ago. 2005, p. 64).

Todavía, o que aqui queremos problematizar é o conteúdo dessa incidência e os perigos que dela decorrem. Retomando a festejada Resolução 1325 do Conselho de Segurança, reconhecemos o seu valor de documento pioneiro sobre mulheres e segurança dentro do órgão da ONU em que as relações de poder se exercem de forma mais evidente. É um mérito das organizações de mulheres ingressarem nesse espaço. Contudo, esse passo não pode ser o destino das organizações de mulheres, sob pena de reforçar os mecanismos de reprodução da violência. O eixo central da Resolução é o termo gênero e a demanda pela proteção das mulheres e meninas no contexto de conflito armado. O texto da Resolução assume uma essência partilhada por mulheres e meninas em contextos de conflitos armados, que deve ser protegida pelos organismos internacionais e governos. Tal essência reflete as concepções dominantes de gênero que definem o papel guerreiro do masculino (seja ele o Estado, a Conselho de Segurança, as Operações de Paz ou as forças militares e policiais nacionais) em relação ao papel de vítima do feminino (mulheres e meninas). Tornar essa perspectiva dominante como proposta das mulheres, como ocorre na Resolução 1325, é contraditório com o objetivo das organizações de mulheres de construção da paz pela redefinição das relações de gênero. Se a guerra decorre de uma relação específica de gênero, a reprodução dessa relação nos espaços de poder pelas mulheres cristaliza as possibilidades de pensar a superação da violência como ação política privilegiada.

Esse também é o dilema enfrentado pela IMP em relação à “Lei de Justiça e Paz”. Participar das negociações de paz entre os grupos armados e incidir concretamente sobre o marco jurídico de aplicação do acordo é um fato inédito para o movimento de mulheres na Colômbia. Portanto, a inclusão de referências pontuais às necessidades especiais das mulheres no texto da Lei 975/2005, a participação de uma representante do movimento de mulheres na

Comissão Nacional de Reparação e Reconciliação e a criação de um grupo de discussão de gênero dentro da Comissão são fatos comemorados como vitória do movimento de mulheres na Colômbia pela IMP. Entretanto, olhando de perto e sentindo na pele a falência do projeto de paz que o processo de desmobilização paramilitar propõe, as mulheres organizadas, dentro e fora da IMP, se sentem incomodadas com o fato de se perceberem legitimadoras de uma política de intensificação da militarização da vida civil. Percebem-se afastadas dos espaços de resistência que tinham ajudado a construir. Aqui gostaríamos de ressaltar o passo importante que é a capacidade de se auto-criticar e de rever os caminhos tomados, buscando novos lugares que dêem sentido às idéias e práticas das mulheres pela paz. Esse processo de aprendizado, gerado pela consciência sobre as implicações das escolhas políticas da IMP, representa uma oportunidade de fazer diferente, de ir além dos espaços conhecidos de poder. Trata-se de um processo muito parecido com aquele que descrevemos um pouco antes nesse capítulo realizado pelas mulheres combatentes e ex-combatentes. Significa consciência de que os lugares de realização da política não são neutros, mas constituídos por valores que muitas vezes limitam, pelo silêncio, as possibilidades de sentir, agir e pensar das mulheres. E que emancipar-se desses valores limitativos da realização individual e coletiva das mulheres não necessariamente implica em abandonar o espaço de interação com outros sujeitos políticos, mas principalmente ter em conta o lugar de onde se veio e o destino a que se pretende chegar.

O processo de crise interna da IMP é perpassado por estratégias violentas de busca pelo poder que culminaram na tentativa de dissolução da organização. Infelizmente esse processo ocorrido com a IMP não é um caso isolado na organização dos grupos políticos colombianos. Movimentos importantes, como o de familiares de desaparecidos/detidos e o de mães, irmãs e esposas de seqüestrados/desaparecidos, vivenciaram processos traumáticos de ruptura interna, que acabaram por enfraquecer sua capacidade coletiva de incidência. As justificativas variam, passando pela administração de recursos, pela aliança com determinados atores políticos assumidos como “inimigos”, pela cooptação dos movimentos sociais pelos partidos políticos, pelo

personalismo e centralismo dentro do movimento. Contudo, a dinâmica se repete: o caminho que havia se desenhado pelo trabalho coletivo e sacrifício comum se reparte em dois atalhos longos e difíceis, que distanciam todos igualmente do destino final. Em cada ruptura radical, um sonho coletivo morre e a esperança se dilui na competição por espaços, recursos e verdades. Para nós, essa incapacidade de construir a partir da diferença não é uma característica dos grupos que estamos estudando mais profundamente aqui, mas um reflexo da cultura política colombiana. Ou seja, não há nada em cada uma e em todas as participantes da IMP que torne essas mulheres singularmente difíceis ou violentas. Elas se uniram pela identidade e no decorrer do processo descobriram suas diferenças. E porque não aprenderam a lidar com essas diferenças, reagiram como todos os grupos políticos colombianos que as antecederam reagiram: destruíram a si próprias para conservar uma verdade política que assumem necessitar para sobreviver.

A “Ruta Pacífica de Mujeres” indubitavelmente está alguns passos mais adiante na proposta de construir um novo conceito de poder, que incorpore as propostas das mulheres para a paz na Colômbia. De acordo com o que nos contou Debbie Patricia Berrio, não é que a Ruta não veja a participação nos espaços de tomada de decisão como um objetivo da organização, mas que isso não pode ser um fim em si mesmo. Juntamente com o trabalho de incidência, A Ruta entende ser fundamental despertar mentes e corpos, femininos e masculinos, a pensar e agir de uma forma diferente. Por isso, investe tanto na investigação, análise e mobilização em torno dos símbolos que sustentam a cultura da violência que perpassa cotidianamente as relações sociais de colombianas e colombianos:

Bueno, ya te voy a hablar un poco de los postulados de la Ruta y de los enfoques. Bueno entonces la formación, eso pasa por reconocerse como parte de un movimiento, como actoras, actitudes individuales y colectivas, posturas individuales y colectivas, y compartir por ejemplo algunos enfoques que son básicamente: el feminismo, el pacifismo, el antimilitarismo y el rechazo a cualquier forma de militarización; el rechazo a lo que acá hemos llamado la militarización de la vida civil, que es un poco donde la Ruta dice: el efecto de la guerra, la guerra contra las mujeres no se expresa solamente en las zonas donde hay combates sino en toda la cotidianidad porque en general la vida, una gran parte de la vida de este país se ha militarizado. Y se ha militarizado porque hay esa predominancia del actor armado, de esa forma de poder, entonces los comportamientos de todos los poderes son muy parecidos.

Entonces en el barrio está la banda o el policía o el soldado, cualquiera sea su condición ejerce la misma forma de poder; entonces toda la cotidianidad se militariza, se vigila, se ordena, se controla, y pasan cosas como que a las mujeres les prohíben formas de vestirse, horas de salida, incluso con quien relacionarse, con quien enamorarse, como tratar los hijos y las hijas (Berrio, 2007)²⁰⁹.

A Ruta, dessa forma, retoma o caráter relacional da dimensão de gênero que sustenta a violência política na Colômbia. Ou seja, propõe a paz a partir da transformação de relações que implicam o comprometimento de cada um e cada uma com a reflexão sobre o papel que têm desempenhado diante da guerra e do guerreiro (Sánchez G., 2006, p.57). Embora a guerra se constitua por valores masculinos associados à supremacia física, as mulheres, majoritariamente, contribuem, aceitando seu papel, para a consolidação da cultura da violência. Portanto, o que torna a posição das mulheres importante na transformação das relações violentas não é a sua constituição física e cultural como mulheres, mas principalmente suas experiências de sofrimento, abandono e invisibilização decorrentes da estrutura vigente de poder. Não participar de um espaço específico de poder, por mais sedutor que esse lugar possa se mostrar para o movimento de mulheres historicamente excluído, pode ser uma postura de fortalecimento da posição das mulheres sobre a guerra e a política.

Entretanto, a mudança cultural não se dá de forma automática, mas significa um movimento contínuo e não linear de questionamento de conceitos e práticas consolidados na política colombiana. Muitas vezes a consciência sobre os mecanismos de reprodução da violência política não é suficiente para impedir a repetição das fraturas que impedem a construção de um projeto político comum para a Colômbia. Não há uma correspondência direta entre o discurso de ruptura com a relação dominante de gênero que sustenta a cultura da violência e a prática de um diálogo de reconstrução política que envolva as diferentes manifestações sociais colombianas. A Ruta, por sua posição radicalmente contrária às dinâmicas políticas vigentes na Colômbia, tem muitas dificuldades de dialogar com a maioria dos atores políticos, inclusive com o próprio movimento de mulheres. A Ruta mantém uma postura de não diálogo com o Estado colombiano e com os paramilitares sob a justificativa de se

²⁰⁹Em entrevista realizada em agosto de 2007.

tratarem de agentes de violência, cujas propostas não têm por objetivo a construção da paz. Por outro lado, participa das negociações com o ELN.

Conforme nos contou Carmem de la Cruz²¹⁰, um dos obstáculos a serem superados pelo movimento de mulheres na Colômbia é a dependência dos partidos políticos e a instrumentalização da agenda política das mulheres por interesses conjunturais. Por não confiar na administração Uribe, a Ruta nega-se a participar de alguma forma das discussões e propostas para a implementação da “Lei de Justiça e Paz”. Por outro lado, apóia o processo com o ELN, ainda que o grupo guerrilheiro também seja um grupo armado e tenha sido responsável pela prática de atos de violência contra as mulheres. Em agosto de 2007, manifestou seu apoio à senadora Piedad Córdoba, uma voz crítica do governo Uribe, no processo de facilitação do acordo humanitário com as FARC para liberação de seqüestrados. Assim, a Ruta, embora diga não negociar com atores armados usa dois pesos e duas medidas. Incondicionalmente rejeita qualquer diálogo com o governo Uribe e com os paramilitares. Por outro lado, em relação às propostas guerrilheiras se mostra mais aberta às negociações. Essa polarização política se reflete na relação entre a Ruta e os outros setores do movimento de mulheres, inclusive a IMP:

Com a IMP há possibilidades muito complicadas de articulação. São diferenças profundas. Uma crise foi aberta com a participação de Patricia Buriticá na Comissão de Reconciliação e Reparação. Não percebemos a proposição de um projeto coletivo. As agências de financiamento vem tentando aproximar a Ruta da IMP, como por exemplo na organização de uma Mesa de Discussão. A iniciativa veio do Setor de Mulheres da CUT para que fosse formada uma Constituinte de Mulheres. Daí a IMP decidiu seguir sozinha como uma aliança a partir de caminhos diferentes da Ruta. Para nós, uma aposta feminista e para a paz tem implicações políticas. Elas dizem: nós pela paz fazemos o que temos que fazer, vamos onde tivermos que ir e falamos com quem tivermos que falar. Nós, por outro lado afirmamos: que não falamos e não negociamos com atores armados. Mantemos uma posição autônoma em relação inclusive a alguns setores do movimento de mulheres que validam a luta armada enquanto persistirem as desigualdades sociais. Nós não acreditamos que haja nenhuma guerra justa. Tentamos romper com o mito da proteção pelas armas, do guerreiro protetor (González, 2007) ²¹¹.

A dificuldade de construir consensos políticos entre a Ruta e a IMP decorre menos dos compromissos filosóficos e fundamentos ideológicos

²¹⁰Em entrevista concedida em janeiro de 2007.

²¹¹Em entrevista realizada em agosto de 2007.

(embora eles sejam reais e honestos) e mais de posições e simpatias partidárias. A capacidade de articulação entre as organizações de mulheres é dificultada por uma conjuntura política de negociação entre os atores armados, que perpassa e modifica a dinâmica de interação entre as duas organizações de mulheres. Causa estranhamento o fato de a Ruta se declarar autônoma em relação ao processo político que se dá nos espaços tradicionais de poder e permitir-se modificar sua atuação a partir de uma iniciativa externa (a “Lei de Justiça e Paz”). Em agosto de 2004, Ruta e IMP haviam articulado juntas no “Encontro Internacional de Mulheres Contra a Guerra” diretrizes comuns de participação política. Entre essas diretrizes se comprometiam a promover a cultura do diálogo e negociação, bem como convocavam as organizações de mulheres e demais setores da sociedade colombiana favoráveis a paz a reunir esforços para transformar o contexto de violência na Colômbia:

Consideramos que todos los conflictos inherentes a las relaciones sociales deben ser tramitados por las vías del diálogo y la negociación; como ciudadanas preocupadas en la construcción de la paz con justicia social y justicia de género, en los países que padecen conflictos armados, continuamos y continuaremos impulsando apuestas desde la óptica de los derechos humanos y el derecho internacional humanitario con perspectiva de género. Llamamos a las feministas del mundo y del país, a las organizaciones pacifistas y no violentas a sumar todos los esfuerzos posibles para lograr que en nuestro país, cesen las violencias armadas y de género, a desactivar las creencias, conductas y actividades que refuerzan el militarismo y la militarización de la vida ciudadana (IMP, 2004, p.5).

Entendemos as razões históricas que levam a Ruta a adotar a postura de desconfiança e distanciamento em relação ao Presidente Álvaro Uribe e de todos os que dele se aproximam. Da mesma forma, compreendemos o ceticismo sobre as intenções dos líderes paramilitares de promoverem a paz. Contudo, a Ruta deve confrontar essa postura com seus princípios de transformação da sociedade colombiana, que inclui as vítimas e grupos mais vulneráveis politicamente, mas também os agentes de violência, por mais imperfeitos e distorcidos que estes pareçam. O aprendizado ocorre não apenas quando ressaltamos nossas virtudes, mas principalmente quando conseguimos enxergar, sem amarras morais absolutas, os erros que cometemos e as possibilidades de fazer diferente quando temos a oportunidade. Se o projeto da Ruta pretende a construção de uma nova sociedade colombiana, isso envolve assumir que parte dos erros dessa sociedade é responsabilidade de todos os

colombianos e não de um líder político ou um grupo específico. Romper com a cegueira do momento e avançar na direção de um projeto comum de país é uma condição fundamental de reconciliação e reconstrução política.